



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



BÁRBARA PILATTI PIFFER

**“A GENTE SEMPRE APRENDE ALGUMA COISA, INCLUSIVE A SER
MULHER”: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MEMÓRIA
COLETIVA EM UMA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE/RS**

Canoas, 2017

BÁRBARA PILATTI PIFFER

**“A GENTE SEMPRE APRENDE ALGUMA COISA, INCLUSIVE A SER
MULHER” : REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MEMÓRIA
COLETIVA EM UMA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. ALINE ACCORSSI

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. PAULA PINHAL DE CARLOS

Canoas, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P627g Piffer, Bárbara Pilatti.

A gente sempre aprende alguma coisa, inclusive a ser mulher [manuscrito]: reflexões sobre violência de gênero e memória coletiva em uma comunidade de Porto Alegre / Bárbara Pilatti Piffer. – 2017.

101 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.

“Orientação: Prof^a. Dra. Aline Accorssi”.

1. Memória. Violência de gênero. 3. Mulheres. I. Accorssi, Aline. II. Título.

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

BÁRBARA PILATTI PIFFER

**“A GENTE SEMPRE APRENDE ALGUMA COISA, INCLUSIVE A SER
MULHER”: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MEMÓRIA
COLETIVA EM UMA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovada pela Banca Examinadora em:

Prof^a. Dr^a. Aline Accorssi – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Marlene Neves Strey – Professora PUCRS

Prof^a. Dr^a. Denise Regina Quaresma da Silva – Professora Universidade La Salle

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Sosa Gonzalez - Professora Universidade La Salle

Canoas - 2017

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo construir com um grupo de mulheres que passam ou passaram por situação de violência os significados de “ser mulher”. Para tanto, resgata da memória coletiva estereótipos e visões socialmente construídas dessa categoria de gênero, assim como esses estereótipos e visões influenciam a violência de gênero. Foram utilizadas as teorias das feministas pós-modernas para embasar o conceito de gênero como uma construção social e o termo “violência de gênero” como algo que traz consigo a carga histórica das relações sociais e, por consequência, as hierarquias perpetuadas de gênero. O delineamento da metodologia é qualitativo. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com três mulheres. Na análise dos dados, as categorias de análise desenvolvidas a partir dos resultados foram: violência de gênero, tipificação e rompimento de relações abusivas, memória coletiva e estereótipos de gênero, e reconstrução do “ser mulher”. Os relatos analisados combinados à respectiva literatura trazem evidências de que a memória coletiva estereotipada da mulher baseada em definições essencialistas colabora com a manutenção da violência de gênero. Concluímos que, após o rompimento da relação violenta, as mulheres entraram em um processo de ressignificação de suas identidades como mulher. As mulheres mudaram seu modo de interpretar a violência sofrida e de ver as relações entre homem e mulher. Também percebemos uma transformação na leitura do que é ser mulher. A pesquisa está inserida na linha Memória, Cultura e Identidade, do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais.

Palavras-chave: Violência de gênero, Mulheres, Memória coletiva.

ABSTRACT

The present research aimed at constructing with women who pass through or experienced a situation of violence the meanings of being a woman, bringing from the collective memory stereotypes and socially constructed visions of this category of gender and how these elements influence gender violence. We use the theories of postmodern feminists to support the concept of gender as socially constructed and the term "gender violence" which brings with it the historical burden of social relations and, consequently, perpetuated gender hierarchies. The design of the proposed methodology was qualitative, consisted of interviews applied with the purpose of constructing the knowledge regarding the "being woman" and of the violence of gender. In the analysis of the data, the categories of analysis developed from the results were: gender violence: typing and breaking of abusive relationships, collective memory and gender stereotypes and reconstruction of "being a woman". The reports analyzed in combination with the literature provide evidence that the stereotyped collective memory of women through essentialist definitions contributes to the maintenance of gender violence. We conclude that after the rupture of the violent relationship, women entered into a process of re-signification of their identities as a woman. Women have changed their way of interpreting the violence they have suffered and of seeing the relations between men and women. We also see a transformation in the reading of what it is to be a woman among them.

Keywords: Gender violence, Women, Collective memory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de violência	38
Figura 2 – Frases e memória coletiva	57
Figura 3 – Frases.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 GÊNERO	15
2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	18
2.2.1 Transformações do conceito “violência de gênero”	20
2.2.2 Correntes teóricas	22
2.3 MEMÓRIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	25
3 MÉTODO DA PESQUISA	29
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	29
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA.....	29
3.3 ETAPAS	30
3.3.1 Primeiro momento	30
3.3.2 Segundo momento.....	31
3.4 ÉTICA EM PESQUISA.....	33
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
4.1 A APROXIMAÇÃO COM AS MULHERES	34
4.2 “AQUILO QUE ME DESFIGURA E AQUILO QUE ME CONSTITUI”: RELATOS DA VIOLÊNCIA	36
4.3 “MULHER GOSTA DE APANHAR”: A MEMÓRIA COLETIVA E O ESTEREÓTIPO DE GÊNERO	56
4.4 “HOJE NÃO ACEITO HOMEM MANDANDO EM MIM”: PERFORMANCE E A (RE) CONSTRUÇÃO DO “SER MULHER”	65
5 CONCLUSÃO	79
6 PRODUTO	82
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	91
APÊNDICE B – ENTREVISTA	96
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	97
APÊNDICE D – FANZINE	98

1 INTRODUÇÃO

Segundo a pesquisa de tolerância social à violência contra a mulher desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2014, 91% dos participantes concordam com a punição severa para homens que agredem mulheres. Porém, 58% das mesmas pessoas indagadas acreditam que se as mulheres se comportassem de forma mais adequada – e aqui caberiam longas reflexões sobre o que é um comportamento adequado –, as mesmas não seriam estupradas, e 82% atestam que em “briga de marido e mulher não se mete a colher” (IPEA, 2014).

Há uma contradição evidente no cruzamento desses dados: mesmo que muitos julguem justo punir o homem agressor, outros tantos tentam justificar o ato violento com um possível mau comportamento da mulher, além de assumirem que não auxiliariam a vítima das agressões. Onde reside esse paradoxo? Por que a culpabilização das mulheres agredidas tornou-se um traço da violência de gênero?

Acreditamos que um dos elementos que constrói essa contradição são os estereótipos e discursos de discriminação e subjugação da mulher, cristalizados na sociedade ao longo da história e que possibilitam e “justificam” a violência de gênero. A memória coletiva é um dos canais de transmissão desses estereótipos, e é dela que pretendemos invocar algumas crenças já concretizadas e perpetuadas como verdade a respeito do “ser mulher”, do gênero mulher. À luz das teorias feministas e de gênero, o conteúdo dessas crenças fica mais evidente, e percebemos o quanto a categoria mulher foi “esquecida” – talvez de forma consciente por parte daqueles que a deixaram de lado – na escrita de sua própria história e na construção da sua identidade.

As teorias de gênero são medulares para os estudos feministas, revolucionários na ciência, pois a mulher retira a si mesma das notas de rodapé da história e insere-se como sujeito construtor do seu lugar social, acadêmico e

político (LOURO, 2003). De certa maneira, a evolução do feminismo segue a trajetória do desenvolvimento das abordagens de gênero e, como numa retroalimentação, a teoria crítica feminista “influenciou e incrementou estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia e fora dela” (SCAVONE, 2008, p. 176). Scavone ainda destaca a importância da intersecção entre os estudos de gênero e as lutas feministas, o que resulta em um comprometimento mútuo para com o fim da dominação e do poder masculino, em diferentes contextos e momentos históricos diversos. Teoria e prática devem caminhar juntas a fim de fortalecer a luta feminista. Mesmo dentro de um contexto de proximidade geográfica, conhecer a situação de mulheres em diversas realidades é vital para a oxigenação do movimento. A teoria pode apresentar essas outras visões através da pesquisa acadêmica, ao passo que a organização de movimentos sociais possibilita a aproximação das mesmas com o objetivo de construir ações efetivas.

A primeira abordagem de gênero, desenvolvida pelas teóricas feministas na década de 1960, buscava retirar do sexo biológico a interpretação cultural e social a ele aplicado. Nas palavras de Scott:

a palavra indicava a rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (SCOTT, 1995, p. 72)

Agora, a teoria performática, para além de separar o sexo de seu aspecto social, trata de colocá-lo como uma performance, ou seja, gênero nada mais é do que a reprodução de atos naturalizados através de discursos e outros dispositivos que os relacionam diretamente aos corpos sexuados. Tratamos desse ponto mais detalhadamente no referencial teórico, mas por ora podemos considerar a teoria performática como um reflexo da revolução epistemológica pós-moderna que, entre outros, inclui a subjetividade como categoria epistêmica maior e põe em cheque o dualismo platônico dominante na ciência ocidental até o início do século XX, o qual serviu apenas como “racionalização do exercício de poder expresso

nas relações senhor/escravo, homem/mulher, opressor/oprimido, etc.” (MURARO, 2001, p. 8).

Empregamos aqui o termo violência não somente em relação ao ato físico, mas também à violência psicológica, patrimonial e sexual, pois se entende que todas essas categorias perpassam umas às outras, sendo que a violência psicológica é intrínseca ao ato de violência física e sexual (STREY, 2015; LAZZARI, 2014). Em sua tese, Isadora Vier Machado utiliza o termo “violências psicológicas” no plural, pois entende que “não há uma única espécie de violência psicológica, mas uma pluralidade de estratégias de violências” (MACHADO, 2013, p. 65). A Lei Maria da Penha, que disciplina a violência de gênero no país, também inclui no termo geral “violência” as suas formas específicas: violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral, entendida como “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2008). Especificamente sobre a violência psicológica, a lei define a mesma como sendo

[...] qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (BRASIL, 2008)

Utilizamos também o conceito “violência de gênero”, pois entre os demais conceitos como “violência contra mulher” ou “violência doméstica”, ele é o único que ultrapassa o caráter descritivo (ALMEIDA, 2007). Tal ponto é detalhadamente explicado no referencial teórico.

A pesquisa justifica-se por se tratar de um assunto que possui grande relevância social. Os dados citados anteriormente nesta introdução somados a todas as contradições presentes nos discursos a respeito das mulheres com os quais nos deparamos no dia-a-dia por si só já justificariam trabalhos sobre a violência de gênero.

Hoje, as mulheres estão construindo no Brasil um momento importante na sua história, no qual a voz feminista está sendo ouvida, ainda que muitas vezes encontre resistência de discursos e atos reacionários. Em 2015, movimentos de mulheres jovens iniciados através da internet como o Chega de Fiu-Fiu¹, Vamos Juntas?² e #meuprimeiroassédio³ chamaram a atenção de todo o país, encorajando mulheres a tomarem voz de sua condição na busca de empoderamento ao tornarem públicas atitudes cotidianas de assédio e discriminação, bem como violências sofridas no dia-a-dia que outrora passavam despercebidas pela sociedade como um todo. A chamada “primavera feminista” ou “primavera das mulheres” é o contexto no qual os movimentos citados anteriormente desabrocharam. A revista *Época* de novembro de 2015 dedicou uma reportagem sobre o fenômeno, definindo o mesmo como uma onda de protestos de grande abrangência ocorridos nas ruas e redes sociais, numa espécie de “primavera das mulheres, um ‘no pasarán’” à cultura machista que culpabiliza as mulheres vítimas de violência pelas agressões sofridas (GRILLO; OLIVEIRA; BUSCATO, 2015).

O site *Think Olga*, dedicado ao desenvolvimento e divulgação desses movimentos, publicou pesquisa⁴ sobre o crescimento da temática feminista na internet e fora dela, na qual é constatada que, entre janeiro de 2014 e outubro de 2015, as buscas pelos termos “empoderamento feminino” e “feminismo” aumentaram em 354,5% e 86,7% respectivamente. Além disso, a pesquisa destaca avanços como a aprovação da Lei do Femicídio⁵, a organização da Marcha das Margaridas e Marcha das Mulheres Negras e o tema da redação do

¹ Campanha criada visando lutar contra o assédio sexual em lugares públicos e outros tipos de violência. <<http://chegadefiuuiu.com.br/>>.

² Movimento para levar mulheres a se deslocarem em duplas ou em grupo em locais públicos para evitar violências e assédios. <<https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/>>.

³ *Hashtag* criada no *Twitter* para encorajar mulheres a relatarem o primeiro assédio sofrido na vida, deixando públicas violências que até então foram silenciosas. <<http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>.

⁴ <<http://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>>.

⁵ Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>.

Enem “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, que levou milhares de jovens a refletirem sobre a questão, além de repercutir em todo o Brasil. Sobre a “primavera feminista”, o site coloca

2015 se encerra conhecido como o ano da primavera das mulheres. O feminismo invadiu as ruas, as rodas de conversa, mas, principalmente, a vida de muitas mulheres que nunca antes imaginaram que assim se reconheceriam. (BELLO, 2015)

Nesse sentido, os trabalhos acadêmicos de viés feminista com intervenção social auxiliam no desenvolvimento das teorias e levam reflexão às mulheres que talvez nunca tiveram oportunidade para pensar na sua situação. Uma vez que a primavera feminista descrita anteriormente teve como suporte essencialmente a internet, a mesma acabou por atingir majoritariamente as mulheres de classe média. Por isso, a pesquisa acadêmica que promove o diálogo com as mulheres de classe baixa e em situação de vulnerabilidade permite dar voz àquelas que não encontram um canal de comunicação, como a internet, para expor suas vivências. Abrir essa via para que elas também possam refletir e tornar públicas as questões da violência, assédio e discriminação é um dos motivos da existência de pesquisas como a presente. Todas essas ações conjuntas são reflexos de nossa época e têm como objetivo levar a mulher a ser a senhora de sua própria história.

A presente pesquisa tomou corpo quando se tornou parte do projeto “Violência contra a mulher e Memória social: uma articulação necessária”, coordenado pela professora Aline Accorssi e financiado com recursos do CNPq. A instituição parceira desse projeto, Associação de Moradores da comunidade, foi a válvula que nos permitiu a aproximação com o local da pesquisa. A pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade do mestrado de Memória Social e Bens Culturais que estuda, entre outros, a memória e suas relações com as identidades sociais e culturais.

1.1 OBJETIVOS

A seguir, apresentamos o objetivo geral e os objetivos específicos da dissertação.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre memória coletiva e violência de gênero a partir das vivências de mulheres residentes em uma comunidade periférica de Porto Alegre – RS.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar de que maneira a memória coletiva influencia a performatividade de gênero.
- b) Refletir sobre como o rompimento das violências vivenciadas influencia na construção das questões de gênero e do “ser mulher”.
- c) Produzir um material informativo e reflexivo, no formato de fanzine, sobre violência de gênero.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, são tratados os conceitos utilizados na pesquisa assim como suas relações. Primeiramente, foi abordada a concepção de gênero, a partir de uma breve introdução histórica, para, posteriormente, focarmos na teoria performática de gênero. Em seguida, tratamos sobre o termo violência de gênero. Finalmente, o conceito de memória coletiva foi analisado a partir de seus principais autores e relacionado aos objetivos da pesquisa e às teorias anteriormente explanadas.

2.1 GÊNERO

O termo “gênero” é intrínseco à história do movimento feminista, pois dele nasceu, e é com a evolução dessas lutas que ele se desenvolve. As atuais problemáticas feministas, como a inclusão ou não de novos sujeitos a serem representados pelo grupo, assim como antigas, como a luta pela representação legítima nas esferas públicas, derivam das formas como “gênero” foi e é abordado. Em contrapartida, a evolução teórica desse termo instiga e promove o crescimento do movimento feminista.

Os estudos de gênero, empreendidos pelas teóricas feministas, remonta à década de 1960, durante a chamada “segunda onda”, e, desde então, passaram por diversas interpretações de acordo com o contexto histórico e com as condições sociais em que as mulheres se encontravam. Segundo Stolke (2004), as feministas socialistas anglo-saxãs são consideradas as pioneiras no uso do conceito de gênero e o fizeram justamente para enfrentar o determinismo bio-sexual, ou seja, a associação inseparável entre elas o sexo biológico e gênero, perspectiva que legitimava a dominação masculina.

No presente trabalho, adotamos a teoria performática de gênero, introduzida pela filósofa feminista pós-estruturalista Judith Butler. Influenciada pela crítica genealógica de Michel Foucault, Butler defende que o gênero, como ato performativo, é consequência de conjuntos de discursos, definidos a partir de

práticas reguladoras, cuja origem é difusa e muitas vezes desconhecida e, por isso, algo que se constrói, e não apenas “é” (STOLKE, 2004). É nesse sentido que Butler coloca o “ser mulher” não como algo natural, mas como uma performance cultural. Assim, o feminino torna-se uma noção instável e de significado “errático e problemático como o de mulher” (BUTLER, 2013, p. 9). Porém, a autora rejeita a ideia de que o gênero seja uma interpretação cultural do corpo sexuado e afirma que, assim como gênero, o próprio sexo também é construído socialmente, ou seja,

o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2013, p. 25)

Tanto quanto gênero, o sexo é interpretado a partir de uma determinada cultura, é uma categoria histórica e passível de mudanças no tempo e espaço. Sexo seria, então, efeito do gênero. Butler ainda defende a ideia de que o gênero, como uma estilização repetida do corpo, cristaliza-se no tempo e produz “a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser” (BUTLER, 2013, p. 59).

Chanter concorda com a característica construída e performática de gênero quando afirma que “[...] não há uma essência interna de gênero (mente-espírito) ao estilo cartesiano que o corpo expressa, mas apenas uma série de atos performativos que significam e ressignificam o gênero” (CHANTER, 2011, p. 9). Logo, há a rejeição da lógica dualista feminina-masculina na composição do gênero, pois assim como os sujeitos podem construir a si mesmos seguindo as regras binárias, também podem subverter e ressignificar esses códigos trazendo à tona outras formas de identidades (CHANTER, 2011).

A historiadora Joan Scott revisou sua teoria relacional, na qual coloca o gênero como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1999, p. 42, tradução nossa). Nessa

teoria, Scott afirma que o gênero é baseado na interpretação cultural de um corpo sexuado biologicamente natural. Porém, após sua revisão, Scott acabou por concordar com Butler quando argumenta que sexo e natureza, assim como gênero, também são conceitos históricos “articulados pela linguagem e seus significados mudaram através do tempo e das culturas” (SCOTT, 1999, p. 200, tradução nossa).

Preciado (2014) reforça a ideia de que, além do gênero, o corpo também é socialmente construído. A autora toma o sistema sexo/gênero como uma escritura e o corpo como

um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero) sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais. (PRECIADO, 2014, p. 26)

É através da sequência de atos repetidos incessantemente e sem questionamentos que ocorre a naturalização de comportamentos relacionados a um determinado gênero e sua inscrição sobre os corpos.

Gênero, então, é um conjunto de significados predeterminados dados aos corpos. Significados que regulam o comportamento, as escolhas e as formas de relação do sujeito. Esses significados foram e continuam sendo produzidos por uma cadeia de elementos históricos e sociais que perpetuam e normalizam nosso conhecimento sobre o feminino-masculino dentro da lógica heteronormativa. Entretanto, cabe perguntar a quais objetivos servem essa normalização. Há uma relação de poder mantida pela normalização dos corpos? Para Tomaz Tadeu da Silva,

[...] normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação aos quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

[...] A identidade normal é a “natural”, desejável, única.
(SILVA, 2000, p. 83)

Cabe neste momento refletir sobre a relação de poder produzida pela normalização dos gêneros, a forma como a identidade considerada natural – masculina, heterossexual – articula sua dominação em relação às demais identidades.

2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Embora na literatura acadêmica nos deparemos com diversos conceitos, elegemos o de “violência de gênero” como conceito a ser estudado neste texto. Termos como “violência contra a mulher” ou “violência doméstica” são muito utilizados, porém não nos são úteis, pois limitam o entendimento do fenômeno no seu aspecto histórico e relacional. O primeiro apenas enfatiza o alvo da violência, ou seja, a mulher, sem especificar o sujeito do ato, o agressor. Já o segundo apenas diz respeito ao local onde a violência ocorre, sem especificar sujeito nem objeto. Os dois termos não fornecem margem para se ir além da discussão sobre possíveis motivos pontuais do ato violento e procuram apenas culpabilizar sujeito ou objeto, não ultrapassando, dessa maneira, o caráter descritivo (ALMEIDA, 2007).

A Lei Maria da Penha, ao adotar a expressão "mulheres em situação de violência", deslocou a mulher do seu local de vítima e lhe proporcionou uma possível superação. Porém, ao inserir exclusivamente a mulher como sujeito passível de sofrer a violência, a Lei mantém a relação binária de gênero (CAMPOS, 2011).

Violência de gênero, entre todos os demais conceitos, é o único que apresenta dimensão analítica e histórica e “designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e o seu caráter é relacional” (ALMEIDA, 2007, p. 24). Ou seja,

o termo traz consigo toda a carga de relações sociais e suas dinâmicas materializadas ao longo da história. Falar em violência de gênero não é apenas falar da violência contra um determinado alvo, seus motivos e consequências, mas também considerar toda a complexidade das disputas por poder, assim como sobre a forma como as desigualdades de gênero inserem-se nessas disputas.

Wink e Strey (2008) destacam a importância de se desassociar a violência de gênero como sendo algo perpetrado somente por homens, afirmando que

violência de gênero não pode ser entendida como uma característica inerente aos homens, como se todos a priori a levassem como um traço indelével de personalidade que os colocaria – mesmo aqueles mais pacíficos, esclarecidos e racionais – em permanente propensão de utilizá-la quando arbitrariamente julgassem adequado, como se fosse uma arma sempre preparada para disparar. Abordando a violência de gênero desta maneira, poderíamos acabar caindo no mesmo determinismo que legitima os papéis de gênero mais estereotipados; abriríamos, com isto, o precedente para compreender a violência de gênero como regra, e não como exceção. (WINK; STREY, 2008, p. 116)

A naturalização dos papéis de gênero dá suporte à violência, pois, estando a mulher em posição de inferioridade nesse contexto e sendo vista como subalterna, tal ideia respalda a ação violenta por parte do homem. Sobre isso, Wink e Strey colocam: “Quando um homem agride física e psicologicamente uma mulher, o faz também porque sua autoimposição é permitida culturalmente, em uma postura socialmente ratificada e naturalizada” (WINK; STREY, 2008, p. 116).

O abuso emocional também é capaz de destruir a autoestima na mulher e se apresenta sob diversas formas, como humilhação em público, acusações infundadas, vigilância descomedida, entre outras maneiras menos óbvias de violência que, por possuírem um caráter mais velado, podem passar despercebidas e até mesmo serem incorporadas pelas mulheres como algo que simplesmente “é”. Assim, muitas mulheres acabam por não enfrentar tal agressão por não haver o teor físico do ato violento (MILLER, 1999).

Um elemento importante para a compreensão da violência de gênero dentro de uma relação é a teoria do ciclo da violência, que ilustra a permanência das mulheres nas relações violentas. Sobre o movimento cíclico da violência de gênero, Winck e Strey colocam que a mesma

[...] não é um episódio, é um processo, um ciclo contínuo que, sem uma oportunidade de interrupção, tende a permanecer alternando, sucessiva e estereotipadamente, tensão, violência e pedido de desculpas. (WINCK; STREY, 2008, p. 128)

Segundo Porto (2004), a teoria de ciclo de violência foi desenvolvida pela psicóloga norte-americana Leonore Walker em 1979 e consiste em três fases nas quais a violência circula: a primeira, chamada “The build-up phase” ou fase da tensão, é marcada pela construção das tensões entre o casal e episódios de agressões, em sua maioria, psicológicas. A segunda fase, chamada por Walker de “The acute battering incident”, trata-se do momento em que a violência ocorre. Segundo Walker (2010), nessa fase não há controle da situação e as emoções destrutivas são externalizadas de forma intensa. Já a última fase é chamada “The respite”, ou fase da lua de mel, na qual o agressor torna-se amável e procura conciliação, muitas vezes com a promessa de que a violência não mais ocorrerá. Walker (2010) comenta que esse padrão cíclico da violência pode se repetir inúmeras vezes, e a intensidade e o tempo de duração podem variar entre as relações. No próximo item, discorreremos a respeito das transformações do conceito “violência de gênero” e o início de sua aplicação nos estudos feministas brasileiros.

2.2.1 Transformações do conceito “violência de gênero”

No início dos anos 1980, ou seja, no período anterior à redemocratização do Brasil, o movimento das mulheres brasileiras organizou-se, e grupos como o SOS Mulher e o Centro de Defesa da Mulher surgiram, em São Paulo e em Minas

Gerais respectivamente, com o objetivo de atender mulheres em situação de violência (DINIZ, 2006). Uma das principais conquistas do movimento foi a criação das Delegacias de Atendimento à Mulher.

Nesse período, o conceito dominante na literatura era “violência contra as mulheres”, e os trabalhos eram desenvolvidos principalmente em distritos policiais, com objetivo de dar visibilidade ao problema, além de denunciá-lo e combatê-lo. A ideia de vitimização da mulher era pouco problematizada, pois a produção acadêmica e feminista objetivava “tornar visível as denúncias de violência através da identificação do perfil das queixas, das vítimas e dos agressores” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 148). Outro conceito surgido nesse contexto foi “violência doméstica”, que sinalizava para o fato de que “se as mulheres sofrem violência em diversos contextos, o familiar é, sem dúvida, dos mais usuais e relevantes” (SCHRAIBER et al., 2005, p. 30).

Porém, com o aumento da complexidade das discussões sobre violência e a necessidade de se retirarem as mulheres da situação exclusiva de vítima fizeram com que outras possibilidades e abordagens fossem introduzidas. Em 1984, Franchetto, Cavalcanti e Heilborn questionaram o conceito “violência contra mulher” colocando que o mesmo

traduz e delinea assim um ato em que a mulher se encontra na posição de vítima e o homem, enquanto agente empírico ou virtual (pela ação de determinadas instâncias que lhe atribuem/referendam o poder sobre a mulher), é o operador da violência. A própria expressão em si constrange a razão de ser da vítima à condição do sexo: assim, mulher sofre e homem agride. (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1984, p. 12)

O uso do conceito “violência de gênero” no Brasil iniciou nos anos 90 com a introdução da categoria gênero nos estudos feministas. Nascimento (2015) destaca como marco na disseminação da categoria gênero na academia brasileira a formação de um grupo de pesquisadoras na Unicamp influenciadas pelos filósofos Foucault e Derrida. A partir disso, abriu-se um campo de pesquisa interdisciplinar que “busca compreender como se constituem o masculino de

feminino cultural e historicamente, na perspectiva das relações de gênero” (NASCIMETO, 2015, p. 566).

Dessa maneira, o termo “violência de gênero” adicionou o caráter relacional da violência e permitiu

compreender as interfaces entre o masculino e feminino de modo mais aprofundado e, principalmente, mais diversificado, mostrando os matizes da violência de gênero tão necessários para pensar formas de assistir e apoiar mulheres que vivem ou viveram tais experiências: as mulheres *em situação* de violência. (SCHRAIBER et al., 2005, p. 31)

A mudança na abordagem possibilitou maior profundidade nas questões de violência; porém, segundo Santos e Izumino (2005), as dificuldades teóricas relativas à conceituação de violência contra a mulher e de violência de gênero não foram superadas. E é nesse sentido que, no próximo tópico, procuramos contextualizar a complexidade das correntes teóricas que construíram e ainda constroem esses conceitos.

2.2.2 Correntes teóricas

A partir de autoras e autores com diferentes abordagens, Santos e Izumino (2005) levantaram três correntes teóricas que orientam a temática “violência contra a mulher” e “violência de gênero”. São elas: a corrente da “dominação masculina”, a “dominação patriarcal” e a teoria relacional.

A primeira corrente, dominação masculina, foi identificada a partir do texto de Marilena Chauí, “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”, publicado em 1984. Nele, Chauí argumenta que o alvo da violência transforma-se em objeto e perde sua autonomia, tornando-se dependente e passivo, ou seja, a mulher que sofre com a violência não possui meios para transgredir a lógica de dominação e de violência. As diferenças entre o feminino e o masculino são “transformadas em

desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos sobre a mulher, os quais incidem especificamente sobre o corpo da mulher” (SANTOS, IZUMINO, 2005, p. 149), e esses discursos masculinos tornam-se naturalizados ao ponto de serem reproduzidos também por mulheres, que se tornam cúmplices da violência, pois, como objetos, não possuem a capacidade para pensar e agir de forma autônoma.

Já a segunda corrente identificada, chamada de dominação patriarcal, foi desenvolvida no Brasil a partir dos trabalhos da socióloga Heleieth Saffioti, que segue a perspectiva feminista e marxista do patriarcado que vincula “a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 150). Segundo essa teoria, a mulher vive sob o domínio e exploração histórica masculina, pois o patriarcado refere-se aos “milênios da história próxima nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (SAFFIOTI, 2005, p. 71). O machismo e a possível consequente violência praticada contra a mulher seria fruto de todo o sistema e não apenas expressões individuais do homem. Sobre isso, Saffioti define o patriarcado como uma máquina que “exprime, de uma só vez, o que é expresso nos outros termos, além de trazer estampada, de forma muito clara, a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada que opera sem cessar” (SAFFIOTI, 2005, p. 38).

A exploração sexual do homem sobre a mulher, uma das características do patriarcado levantada por Saffioti, pode ser identificada em contratos de casamento e também de formas simbólicas. Sobre isso, a autora coloca

as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma de dominação com exploração é aqui entendida como opressão. (SAFFIOTI, 2005, p. 42)

Já na dimensão econômica, outra base do patriarcado, a autora comenta que a discriminação das mulheres vai além das desigualdades salariais e na sua

falta de representação em importantes papéis econômicos e políticos. O controle patriarcal também afetaria sua sexualidade e, por conseguinte, “[...] sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos” (SAFFIOTI, 2005, p. 42). Diferentemente da corrente de dominação masculina, a dominação patriarcal abre espaço para a reação por parte da mulher, pois “o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a eles as mulheres não oponham resistência” (SAFFIOTI, 2005, p. 66).

Finalmente, a corrente teórica relacional, trazida por Maria Filomena Gregori a partir de seu trabalho no SOS Mulher, relativiza a relação dominador-vítima. A autora rejeita o termo “violência contra a mulher”, pois não a considera apenas como uma vítima, mas sim uma participante ativa da violência. Ou seja, Gregori desloca a mulher do local definido antes por Chauí e Saffioti de mero alvo da violência e a situa dentro do que a autora chama de “comunicação” ou “jogo relacional” dos casais (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Gregori (1989) comenta que há elementos que não estão sendo vislumbrados ao se analisar a questão da violência contra a mulher quando

ela é lida apenas como ação criminosa e que exige punição (a leitura reafirma a dualidade agressor x vítima). As cenas em que os personagens se vêem envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações-disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo, jogos eróticos etc. (GREGORI, 1989, p. 166)

Na presente pesquisa, adotamos preferencialmente a teoria relacional. Preferencialmente, pois há ressalvas que Santos e Izumino (2005) levantam e que consideramos importantes sobre essa teoria. Uma delas diz respeito à falta de referência ao poder, colocando mulheres e homens em igualdade social. Assim como Lazzari (2014), que também adota em sua pesquisa essa teoria com ressalvas, acreditamos que há poder nas relações homem e mulher e que é

exatamente dentro da lógica desse poder que a mulher encontrará resistência para transgredir de sua situação de violência.

2.3 MEMÓRIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Para atingirmos os objetivos da pesquisa, é necessário explicitar a relação entre memória coletiva e violência de gênero. Entendemos que a memória construída coletivamente a respeito das mulheres auxilia de forma negativa na formação de estereótipos deturpadores. Existem muitos exemplos de pensadores e filósofos de diferentes épocas que expressavam ideias de culpabilização e desqualificação da mulher. Estereótipos como “sexo frágil”, inferior aos homens, submissa, além do enquadramento em comportamentos adequados para cada momento – mãe, mulher, profissional, entre tantas outras – vem sendo construídos e naturalizados ao longo da história e continuam a ser empregados nos dias atuais.

Simone de Beauvoir (2016) traz alguns exemplos desses pensamentos que colocavam a mulher apenas como relativa ao homem. Aristóteles dizia que a mulher o é por uma “simples carência de virtudes”, considerando seu caráter constituído de “deficiência natural”. A teoria aristotélica imaginava que o feto era produzido por um sêmen masculino – forte, ativo – e um feminino – fraco, matéria passiva. Essa teoria não foi refutada, seguiu sendo verdade entre a Idade Média e a época moderna. São Tomás definia a mulher como um ser incompleto, ocasional. Os judeus agradecem toda a manhã em suas orações por não terem nascido mulheres. Ou seja, desde o início da produção de conhecimento e da filosofia, foi bastante agradável e providencial aos homens destacar no feminino uma fraqueza que morava apenas em suas imaginações e vontades (BEAUVOIR, 2016).

Ainda para ilustrar a ideia de construção histórica da inferioridade da mulher através da memória, Miller (1999) traz à tona a famosa cena do homem das cavernas arrastando sua esposa pelos cabelos, mantendo-a presa para cuidar dos

bebês enquanto ele saía para caçar e “pintar a sua coragem na parede para as gerações futuras” (MILLER, 1999, p. 79). Sobre a cena citada, a autora coloca que

a imaginação nos engana ao criar esse cenário, mas a história não precisa nos iludir. Ela tem sido tão constante em relegar as mulheres a uma condição inferior, que as cenas de abuso, atualmente, são realizadas no mesmo cenário e com o mesmo script. (MILLER, 1999, p. 79)

Dentro desse raciocínio, nos questionamos se a memória coletiva poderia influenciar na concepção do “ser mulher” por meio da naturalização e da cristalização de elementos que constituem essa memória.

Além disso, é importante analisarmos o fato de que a memória coletiva sobre as mulheres não foi por elas construída; pelo contrário, as mulheres não foram os sujeitos narradores de sua história, pois a maior parte dessa escrita foi feita pelos detentores do poder intelectual, político e social, ou seja, sujeitos inseridos e atuantes da esfera pública. Sabidamente, o homem foi o mais assíduo frequentador do espaço público, sendo esse desde sempre problemático às mulheres, criadas para os deveres domésticos, pois as mesmas eram benéficas para a sociedade somente no âmbito privado (PERROT, 1998). Ao homem foi reservado o direito de escrever sua própria história, tomar as rédeas de suas memórias e também a das mulheres. A representação da mulher através da escrita e de imagens foi construída à vontade do homem, relegando a elas estereótipos de seu próprio interesse e sem margem para contestação. Sobre isso, Perrot coloca que

A ideia de que a natureza das mulheres se destina ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada nas nossas culturas. Restritas ao espaço do privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem muito tempo excluídas da palavra pública. (PERROT, 1998, p. 59)

Antes do século XIX, os registros históricos apontam “em direção a silenciamentos e irrisórias participações das mulheres na construção da memória”,

tendo sido somente nos últimos quarenta anos que a reação pelo direito à voz iniciou (OLIVEIRA; ZANCHETT, 2015, p. 451). A escrita da história está diretamente relacionada à construção da memória coletiva, sendo que a história oral foi a maneira que as mulheres encontraram para reagir, estando elas por muito tempo longe das maneiras formais e acadêmicas de produção de conhecimento.

Pollack (1992) destaca que existem pontos da memória coletiva que são imutáveis, nos quais a solidificação da memória foi forte ao ponto de não possibilitar mudanças. A partir disso, podemos inferir que os estereótipos acerca das mulheres estão inseridos nesse “bloco” de memória coletiva que, aos poucos e com muito esforço, estamos tentando quebrar. Além de serem perpetuados coletivamente, esses estereótipos são internalizados e atuam na própria autoimagem da mulher e na maneira como ela mesma se identifica, pois “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva” (POLLAK, 1992, p. 5).

Para um maior embasamento das relações aqui traçadas, é interessante refletirmos sobre o conceito de memória coletiva trazido por Candau (2014). Andando contra a corrente de Pollak, o autor afirma que a memória coletiva não é a faculdade da memória em si, mas sim uma representação da mesma, ou seja, uma metamemória que é “por um lado, uma representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela” (CANDAU, 2014, p. 23). Essa definição nos mostra que a memória coletiva saturada de estereótipos deturpadores não é a memória em si de um determinado grupo, mas sim a representação dela somada a memórias externas e aquilo que o próprio indivíduo conhece dela. Sobre isso, Scaffo (2013) também coloca que, na maioria das vezes, a mulher é representada por aquilo que falam dela, o que disseram sobre ela, e não por seu próprio relato. Isso se deve pelo pequeno número de registros desenvolvidos pelas próprias mulheres a respeito de sua existência. Assim, a autora ratifica a teoria de Candau sobre memória coletiva, isto é, o “ser” mulher é construído por aquilo que disseram dela, e, sendo a memória

coletiva, para Candau, constituída inclusive por aquilo que se diz da memória, os estereótipos construídos para as mulheres são resultados da memória coletiva.

Através desse trabalho externo, a memória coletiva é naturalizada, cristalizada e torna-se, segundo Candau, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros de um grupo” (CANDAU, 2014, p. 24). A partir disso, propomos que a memória coletiva opera como um dispositivo para a performance de gênero, pois ela faz parte do discurso, que imprime significados aos corpos e gêneros. É uma relação que construímos, seguindo os passos metodológicos tratados no próximo capítulo.

3 MÉTODO DA PESQUISA

A seguir, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, seu contexto e etapas.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa adotou o delineamento qualitativo no seu desenvolvimento, com o auxílio de dados descritivos da pesquisa maior envolvida.

A pesquisa qualitativa é aplicada quando o estudo envolve interpretação e construção de significados, quando traz uma abordagem naturalística do mundo. Isso significa que “pesquisas qualitativas estudam coisas em seu estado natural, na tentativa de dar sentido ou interpretar fenômenos em termos de significados trazidos pelas pessoas” (DENZIN; LINCOLN, 2000, p. 3, tradução nossa). Os autores supracitados apontam que a pesquisa qualitativa envolve uma vasta gama de práticas interpretativas e a combinação entre essas práticas é ideal para uma melhor compreensão do objeto estudado (DENZIN; LINCOLN, 2000). Consideramos a combinação da pesquisa qualitativa com os dados descritivos uma junção enriquecedora à construção do conhecimento

3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em uma comunidade da zona periférica de Porto Alegre. Optamos por não divulgar o nome da comunidade para preservar a segurança das mulheres participantes e também da equipe envolvida na pesquisa.

A comunidade conta com uma usina de triagem de lixo, responsável pela principal atividade econômica do local, uma biblioteca mantida por uma ONG, uma creche e uma escola de ensino fundamental onde estudam em média 100 crianças, sendo as demais encaminhadas para escolas da região. Há, também,

serviços prestados em comunidades próximas que atendem à demanda local, como posto de saúde, Centro de Referência ao Atendimento à Mulher (CRAM), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). As instituições e serviços locais da comunidade relataram que a violência de gênero é uma realidade muito presente apesar de não haver dados sobre os indícios, pois essa é uma questão ainda pouco trabalhada localmente, o que também justificou a aplicação da presente pesquisa na comunidade.

A instituição parceira da pesquisa foi a Associação de Moradores da comunidade. Ela foi facilitadora de nossa entrada no local e permitiu a aproximação com seus moradores. A associação atualmente realiza o atendimento em assistência social da comunidade e executa o Serviço de Atendimento à Família (SAF), um serviço ligado ao CRAS da região.

3.3 ETAPAS

A seguir, descrevemos as duas etapas que constituíram a pesquisa e as questões éticas nela envolvidas.

3.3.1 Primeiro momento

O primeiro momento da pesquisa de campo foi de aproximação com a comunidade que se deu através da composição de uma equipe de trabalho com integrantes da instituição parceira da comunidade. Foram coletados os dados descritivos usados na pesquisa, assim como foi aplicado um questionário (Apêndice A) com questões fechadas a respeito de informações como remuneração, com quem reside, escolaridade, etc. Também foram feitas 62 questões com alternativas de escolha do tipo escala Likert, instrumento de coleta de dados utilizado pelas investigações sociais para medir atitudes, que consiste em uma questão com alternativas afirmativas em que se solicita a reação dos

indivíduos em uma escala de 0 a 5 (MALAVE, 2007). Importante frisar que as questões número 2 a 6, 8 a 12 e 14 a 17 foram baseadas na pesquisa do IPEA (2014).

Esse questionário foi aplicado em todas as unidades familiares da comunidade cujas mulheres concordaram em participar, em um total de 48 questionários. Nossa ideia inicial era a de aplicar o questionário em todas as casas da comunidade. Contudo, a partir de situações explícitas de violência dentro da comunidade, nossa ida a campo passou a ser exclusivamente no Serviço de Apoio à Família, o que dificultou o contato com as mulheres.

3.3.2 Segundo momento

A segunda etapa, a pesquisa em si, consistiu na aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas com três mulheres que concordaram em responder o questionário utilizado nesse momento. As entrevistas foram gravadas e transcritas. O roteiro da entrevista encontra-se anexado no apêndice B.

A entrevista semiestruturada, segundo Minayo (2011), combina questões abertas e fechadas, nas quais a entrevistada tem a liberdade de discorrer sobre a temática sem necessariamente se prender à indagação inicial.

Sobre o uso desse método, Gaskell (2008) coloca que

o emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social [...] A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. (GASKELL, 2008, p. 65)

A escolha pela entrevista deu-se pelo fato de a mesma ser um método no qual existe interação entre o entrevistador e o entrevistado, possibilitando assim a construção do conhecimento, e não apenas extração de dados. Minayo (2011)

define entrevista como uma “conversa com finalidade”, finalidade essa que é definida pelos objetivos da pesquisa.

Os dados qualitativos coletados nas entrevistas foram tratados através da análise de conteúdo temática que, como o nome já diz, tem como conceito central o tema levantado nas falas analisadas (GOMES, 2011). Sobre o tema, Bardin apud Gomes (2011, p. 86) coloca que o mesmo é “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia de leitura”. Ainda Bardin (2010, p. 199) comenta que “a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos e simples”.

O conceito central desse tipo de análise é a interpretação das fala e das ações, pois, através dela, buscamos os sentidos das mesmas com o objetivo de compreender e explicar o fenômeno estudado (GOMES, 2011). Moraes (2003) destaca que, a partir da interpretação, é possível atribuir diferentes significados a um texto, o que varia de acordo com a perspectiva teórica desenvolvida no trabalho. A interpretação, ainda, permite irmos além do texto analisado, pois produz conhecimento por meio da interpretação do texto com base em toda a teoria trabalhada anteriormente. Assim, surge um “terceiro texto”, sempre alinhado aos objetivos do trabalho.

Na prática, foram retiradas das entrevistas, após exaustivas leituras, as temáticas relacionadas ao tema da pesquisa. Cada temática foi abordada separadamente na análise dos dados, contendo o conteúdo das entrevistas e a interpretação dos textos, resultando no “terceiro texto”, citado anteriormente. Nas falas das entrevistadas, muitas vezes as temáticas encontravam-se misturadas, não obedecendo à ordem das perguntas do roteiro da entrevista. Em um primeiro momento, isso pareceu ser incômodo, pois é difícil desmembrar uma entrevista em temáticas quando ela não segue a linha imaginada. Posteriormente, percebemos que isso acaba sendo enriquecedor à pesquisa, pois a participante traz relatos além daquele imaginado pela pesquisadora, compondo um resultado original e interessante quando exposto em forma de texto. Por isso, a leitura

exaustiva da entrevista transcrita e, quando necessária, a análise do áudio da mesma é tão importante. A cada momento, percebemos emergir dos relatos significados diferentes, passíveis de interpretações diversas e ricas entre si.

3.4 ÉTICA EM PESQUISA

A presente dissertação está vinculada a uma pesquisa maior, que foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa sob o número CAAE: 50749915.7.0000.5307. No primeiro contato com as participantes, tanto na aplicação do questionário quanto nas entrevistas, foi a elas explicado o assunto da pesquisa e o método que adotamos. Após concordarem com a participação, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido às mulheres, que o assinaram. Deixamos claro que em caso de desconforto emocional ou por qualquer outra questão importante às participantes, a qualquer momento, elas poderiam deixar de participar. Também foi esclarecido que elas poderiam se negar a responder alguma pergunta caso não se sentissem à vontade para tanto. Explicamos que os nomes não seriam divulgados e que manteríamos todo o sigilo necessário para suas seguranças.

Todas as informações coletadas permanecerão sob responsabilidade da pesquisadora por um período de cinco anos. Após, serão descartadas de modo a manter a identidade das participantes preservadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados qualitativos partiu da categorização dos temas levantados nas entrevistas e que norteiam nossa reflexão. A partir da análise de conteúdo temática, foram identificados três principais temas inseridos nas entrevistas: a tipificação e ciclo da violência, relação entre a memória coletiva e os estereótipos de gênero, e a construção do “ser mulher”. Vamos iniciar o capítulo com uma pequena introdução sobre o campo e a aproximação com as mulheres para, posteriormente, seguirmos com as análises.

4.1 A APROXIMAÇÃO COM AS MULHERES

Antes de apresentarmos os resultados, é importante ressaltar aqui algumas inquietações e observações que surgiram de minha parte durante os questionários e entrevistas e também observações feitas além dos dados nelas obtidos. Desde muito antes da aplicação das entrevistas, mais precisamente enquanto escrevia o projeto desta dissertação, tive o receio de aparentar ser uma “exploradora” das mulheres a serem entrevistadas por tentar tirar delas lembranças que poderiam ser desagradáveis, ao passo que apenas eu seria beneficiada de tal “exploração”.

No decorrer das entrevistas, procurei meios de me sentir próxima das mulheres para que elas, além de se sentirem à vontade comigo, percebessem que ali, além de uma pesquisadora, estava uma mulher, uma feminista, que está à procura de respostas para entender a situação de violência que só a mulher sofre, pelo simples fato de ser mulher. Claro, não poderia me igualar, pois não sofri na pele a violência física pela qual elas passaram e não entenderia a dor pela qual elas estavam e estão passando por conta disso. Mas entre mim e elas, nasceu uma empatia no sentido de sentirmos a revolta, a vontade de mudar e a vontade de fazer isso por nós e pelas outras mulheres.

Tentar entender a violência de gênero e todas as nuances propostas por este trabalho a partir da fala das próprias mulheres que passaram por essa

situação é essencial. A opinião pública é construída a partir do que é exposto pela mídia, que, por sua vez, expõe a visão “oficial” de agentes policiais, de “especialistas” no assunto, familiares ou de testemunhas. Isso porque, infelizmente, muitas vezes a vítima não está mais viva para contar a sua versão. Frequentemente, culpa-se a mulher pela violência sofrida. Sobre isso, Despentos coloca: “está na nossa cultura, desde a Bíblia e da história de José no Egito, a palavra de uma mulher que acusa um homem de estupro é, antes de tudo, uma palavra da qual duvidamos” (2016, p. 29).

Em relação às vozes femininas, Svetlana Aleksíevictch, escritora ucraniana vencedora do prêmio Nobel de literatura, relata em sua obra “A guerra não tem rosto de mulher” as grandes diferenças entre o discurso oficial da guerra e aquele exposto pelas mulheres que nela lutaram. Em um trecho, Svetlana reflete:

A guerra ‘feminina’ tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nelas, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. E ali não sofrem apenas elas (pessoas!), mas também a terra, os pássaros, as árvores. Todos os que vivem conosco na Terra. Sofrem sem palavras, o que é ainda mais terrível. (ALEKSIÉVICTCH, 2016, p. 12)

É o mesmo o que ocorre em relação à violência perpetuada contra as mulheres. Ao entrevistar, precisamos deixar a entrevistada o máximo possível à vontade para captarmos as sutilezas descritas por Svetlana, pois são essas sutilezas que se sedimentam na memória e tornam o relato mais humano. Ou, como diz a citação acima, “desumanamente humana” (ALEKSIÉVICTCH, 2016, p. 12).

Essa foi uma das maiores preocupações desta pesquisa: dar voz às mulheres, e não de forma a mostrá-las apenas como vítimas que são de sua situação, mas também de mostrar o outro lado, a transgressão e as mudanças ocorridas. A história das mulheres que ainda não possuem meios para escrevê-la é riquíssima e, muitas vezes, está oculta no movimento feminista da classe média

que se expande com a internet. Os problemas de alcance de voz da mulher da periferia ainda são os mesmos encontrados pela mulher do século XIX descrita por Michelle Perrot, época em que os textos produzidos por mulheres eram quase inexistentes:

Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal ser seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa medição perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês? (PERROT, 2017, p. 198)

Dito isso, a seguir, pretendemos analisar e apresentar não apenas dados, mas sim dar voz à revolução interna pela qual as mulheres entrevistadas passaram. São relatos descritos por mulheres que sofreram e ainda sofrem violência, analisados e apresentados sob o viés feminista. Somado isso às inquietações e receios vivenciados no início da pesquisa, faz tudo ir além do nível acadêmico para chegar ao humano.

4.2 “AQUILO QUE ME DESFIGURA E AQUILO QUE ME CONSTITUI”: RELATOS DA VIOLÊNCIA

Neste item, focamos nas questões relacionadas à violência de gênero, identificando e analisando, a partir dos relatos, as etapas do ciclo de violência e também a tipificação das violências sofridas.

Na primeira parte, analisamos os tipos de violência relatados para depois entrarmos na segunda parte, “Os ataques e o contra-ataque”, na qual destacamos o ciclo da violência e também as estratégias de defesa e rompimento das relações. É muito importante refletirmos sobre as experiências antes de entrarmos

na parte de reconstrução do “ser mulher”, pois as formas de rompimento e a força que das mulheres brotou para acabarem com as relações de abuso são parte essencial dessa ressignificação de suas identidades.

4.2.1 Tipificação da violência

A violência apresenta-se sob diversas formas, cada qual com sua característica, mas quase todas possuem as mesmas consequências: medo, anulação de si mesma, marcas físicas profundas e também emocionais. Através da violência, o homem agressor se torna cada vez mais controlador da relação, deixando a mulher mais vulnerável e com dificuldades para agir de forma a se libertar.

Iniciamos apresentando um gráfico com os tipos de violência sofridos pelas mulheres que participaram da primeira etapa da pesquisa. Cada tipo foi dividido em “parceiro anterior” e “parceiro atual” para melhor visualização dos dados.

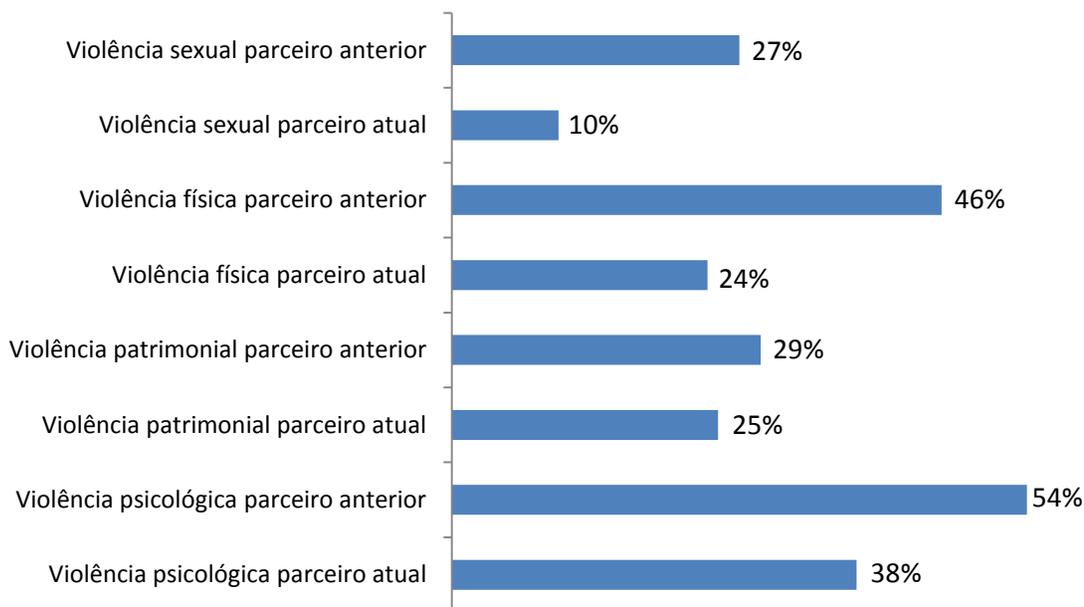


Figura 1 – Tipos de violência⁶
 Fonte: elaborado pela autora

Percebemos em todos os tipos de violência que, com os parceiros anteriores, a porcentagem era maior. Isso pode ser resultado de um possível rompimento dessas mulheres com a violência passada ou do receio em admitir que atualmente ainda estão na mesma situação. Mesmo assim, trata-se de um número alto de mulheres que passam por relações violentas. A violência psicológica é a que possui mais ocorrência. Durante o questionário, para um melhor entendimento, exemplificou-se esse tipo de violência em: ofensa, crítica, humilhação, desvalorização do que você faz, ameaça de várias formas.

Já nas entrevistas, a participante E1 enumera os tipos de violência sofrida de forma rápida e pontual. Por meio da forma como E1 as descreve revela que já expôs inúmeras vezes a sua experiência e que refletiu bastante sobre:

“Eu apanhei, e fui estuprada. [...] ele não deixava eu sair de casa, nem pra ver minha mãe, eu não ia ver, eu

⁶ As porcentagens dos gráficos correspondem às escolhas “concordo parcialmente” e “concordo totalmente” da escala.

ficava em casa. Eu grávida, mesmo assim apanhava. Eu pra mim é estupro, quando tu não quer. [...] eu já levei até um tiro no ouvido quando eu tava grávida.”

Com outro companheiro, a entrevistada conta que sofreu agressões verbais:

“É, com ele também eu sofri. Eu sofri a mesma coisa, só que dessa vez foi pior, entendeu? Ele só me xingava de vagabunda, aquelas coisas, sabe? Isso aí é mais pior que um tapa.”

No trecho acima, notamos que a entrevistada considera a violência psicológica ou emocional o pior tipo de violência, apesar de todas as agressões físicas e sexuais pelas quais passou. Segundo Saffioti, a violência emocional sempre estará presente em todos os tipos de agressão. Para a autora, os tipos de violência não ocorrem isoladamente, sendo difícil definir a conceituação do tipo de violência dentro da esfera familiar e doméstica. São muito próximos os limites que definem o que pode acabar com a integridade de uma mulher dentro de uma relação da obrigação de suportar “o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos” (SAFFIOTI, 1999, p. 84). A violência psicológica atravessa esses limites, abrangendo tanto as agressões físicas e o “destino” feminino de submissão, que soa tão comum dentro não só de uma relação de abuso, mas também nas nossas relações do dia-a-dia.

De fato, segundo os dados descritivos vistos no gráfico anterior, a violência psicológica foi a que possui maior índice de ocorrência. Entre as participantes, 38% reponderam que “sim” quando questionadas se sofreram ou sofrem algum tipo de violência psicológica de seu parceiro atual – como por exemplo: ofensa, crítica, humilhação, desvalorização do que você faz, ameaça de várias formas – e 54% afirmaram que passaram pela mesma situação em relacionamentos anteriores.

O abuso verbal e emocional é o tipo de violência mais difícil de ser identificado pelas mulheres, pois ele não é explícito nem deixa marcas físicas visíveis. Muitas mulheres ainda podem confundir ou tentar justificar atitudes violentas como ciúmes em excesso, constrangimentos ou críticas descomedidas. Ou pior, segundo Strey, muitas “aprendem a transformar as violências sofridas em deficiência suas. Outras, como problemas a serem escondidos para evitar a humilhação pública” (STREY, 2015, p. 114). Todos esses são motivos para a invisibilidade da violência psicológica.

Talvez, esse tipo de abuso seja aquele em que o homem sinta mais controle da situação. Se a mulher ameaça denunciar ou simplesmente reclamar, por que não apenas dar continuidade aos abusos verbais até fazê-la acreditar que está exagerando e confundindo as coisas? Pois é assim que a violência verbal e todas as violências não físicas funcionam: o agressor manipula a relação na tentativa de fazer com que sua companheira acredite que ela não é capaz de satisfazer suas exigências descabidas por única e somente culpa dela. Assim, aos poucos, o agressor consegue finalmente acabar com a autoestima e autorrespeito da mulher (MILLER, 1999). Com a autoestima e o respeito por si própria anulados, é pouco provável que essas mulheres procurem auxílio e acabem se entregando à relação de abuso (STREY, 2015).

A entrevistada E2 relata que o início da violência na relação foi marcado por tentativas de encarceramento e violência patrimonial:

“A primeira vez ele cortou todo o meu guarda-roupa. Todas as minhas roupas, meus sapatos, tudo. Tudo pra eu não sair. Eu fui com olho roxo, de uma paulada que ele me deu na minha perna, que eu tenho até hoje a marca aqui. Eu não posso emagrecer que aparece afu.”

Sobre a violência patrimonial, as mulheres participantes da primeira fase da pesquisa foram questionadas: “Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência

patrimonial de seu parceiro, como por exemplo: roubo ou tirar escondido algum objeto seu / ou destruiu ou estragou alguns objetos seu?”. Em relação ao parceiro atual, 25% responderam que sim, e 29% afirmaram que já sofreram esse tipo de violência com parceiros anteriores.

A violência patrimonial é outro tipo de abuso não físico capaz de gerar danos irrecuperáveis, não somente no objeto alvo, mas também no emocional da vítima: a destruição da propriedade da mulher nada mais é do que uma ameaça do que poderia lhe acontecer (MILLER, 1999). No caso da entrevistada, a violência patrimonial teve como objetivo outro tipo de abuso: o social. Significa que, na tentativa de isolar a vítima do contato com outras pessoas, ir à rua pedir ajuda, o agressor destruiu todas as suas roupas.

Isso é um exemplo de como todos os tipos de violência estão interligados. E o homem, inconscientemente ou não, sabe que o dano da violência não física pode lhe conferir maior controle da situação. Se já há julgamentos e dúvidas quando a mulher prova que sofre agressões físicas mostrando seu olho roxo, sua perna queimada, seus ossos esmagados, quem irá acreditar quando ela foi “apenas” humilhada, e seus objetos foram destruídos por seu companheiro? “Seja forte, homens são temperamentais”, “Você pode muito bem ter quebrado seus próprios vidros de perfume para incriminá-lo”; essas são frases que muito provavelmente mulheres que passam por violências não físicas escutam.

Como dito anteriormente, os tipos de violência estão interligados entre si. A entrevistada E3 relata que, para evitar o início das brigas que frequentemente resultavam em agressão, deixava de fazer necessidades básicas de um ser humano, como comer e tomar banho. Ou seja, as privações estavam intimamente ligadas a uma provável violência física:

“Tu te sente nada, porque enquanto todo mundo tem uma vida, tu não tem. Muitas vezes, até pra tomar um banho, eu não podia, porque daí eu tava me arrumando pra outro. Então, era uma situação muito complicada.

Nem sempre eu podia comer, porque era bem na hora que eu sentava pra comer que começavam as brigas.”

Na primeira tentativa de fuga da situação, ela sofreu perseguição, violência física e patrimonial por parte do agressor:

“Fui morar com uma sobrinha dele, que ele não sabia onde morava. Essa sobrinha dele, eu achava que me apoiava, e acabou que foi ela depois que contou onde eu tava. Quando eu consegui sair da casa dela, aí eu aluguei uma casa, eu comecei a adquirir as coisas, comecei a me erguer de novo. Já tava morando sozinha lá, e um belo dia ele nos achou. Aí ele arrombou minha casa. Eu fiquei uma semana internada no pronto-socorro, toda quebrada, nariz quebrado, o rosto todo deformado. Mas eu consegui fugir dele, e invadi a casa de uma vizinha, foi quando... aí na casa da vizinha ele não entrou, e quando a polícia chegou não achou mais ele, ele não foi nem preso. E aí, quando eu saí do pronto-socorro, ele tinha encostado um caminhão na frente da minha casa e roubado tudo o que tinha dentro. E aí fiquei sem ter pra onde ir, não tinha nem roupa pra vestir.”

O tom de voz ao descrever essas situações, diferente da E1, é de um peso muito grande. Foram dez anos de agressões, tentativas de rompimento, perseguições e abusos que, vistos de fora, são difíceis de serem mensurados racionalmente. Diferentemente também da E1, a E3 revela que a pior violência sofrida foi o abuso sexual:

“Tu imagina um homem que tu tem nojo te tocando, e tu dizendo que não, mas não tem querer. Acho que foi a pior coisa. [...] Acho que foi, porque eu já não queria mais, mas não tinha a opção de não querer. Acho que era quando eu me senti mais suja. [...] É, era assim que eu me sentia. Mas não foi uma vez, nem foram duas vezes. Foram anos. E hoje em dia tua acha que eu vou querer relacionamento? Eu tenho nojo ainda.”

O estupro, na narrativa de alguma de suas vítimas, possui um potencial devastador inigualável na vida das mulheres se comparado a outros tipos de violência. Virginie Despentes, que também sofreu esse abuso e dedicou um capítulo sobre o fato em seu livro *Teoria King Kong* coloca que:

O estupro, pra mim, tem essa particularidade: ele nos deixa obsessivas. Retorno a ele o tempo todo. Vinte anos depois, toda vez que penso ter acabado essa história, retorno a ela. [...] Sempre imagino que um dia vou pôr um fim nisso. Liquidar o acontecimento, esvaziá-lo, esgotá-lo. Impossível. Ele é fundador [...]. É ao mesmo tempo aquilo que me desfigura e aquilo que me constitui. (DESPENTES, 2016, p. 44-45)

Os resultados dos questionários aplicados apontaram que 10% das mulheres já sofreram ou sofrem algum tipo de violência sexual de seu parceiro atual, e 27% de seus parceiros anteriores. A violência e/ou abuso sexual, na realidade, é muito mais frequente e cotidiano do que se imagina quando olhamos as aterradoras notícias sobre estupro coletivo de mulheres na mídia. Muitas vezes, ela é perpetrada pelos pais contra os filhos, ou por alguém que supostamente deveria protegê-los. Ela também é cometida através de atos menos explícitos, mas não menos danosos. No caso da presente pesquisa, estamos falando também de um tipo de abuso sexual muito frequente: o cometido pelo companheiro que, na ilusão machista da posse do corpo da mulher e, absoldido

pelo poder que a sociedade lhe confere, sente-se no direito de ter relações sexuais com suas companheiras mesmo sem consentimento (SAFFIOTI, 1987).

Para Saffioti (1987), o estupro é o exemplo máximo do poder cedido ao homem sobre a mulher. Sobre isso, a autora coloca que o homem prova a sua capacidade de submeter a mulher a ele por meio da relação sexual, pois aquela não possui – segundo a crença dominante – o direito de escolha e de desejar. O controle é total, e a autonomia da mulher é anulada.

A entrevistada E3 cita que quando morava com o agressor, trabalhava fora, embora mantivesse esse trabalho com muita dificuldade. Notamos em seu relato uma força constante, um poder sempre presente de tomar as rédeas da própria vida que a força física não foi capaz de calar:

“Ele me levava até a porta do trabalho e me buscava. Eu trabalhava numa escolinha infantil, eu era cozinheira. E aí ele me buscava todo dia, me levava todo dia. [...] E ele reclamava. Mas eu resistia, porque aí eu ajudava nas contas em casa, e ia fazer falta o meu dinheiro.”

Após o rompimento da relação e mesmo com medida protetiva, o medo continua, o que revela uma falta de confiança no sistema:

“E cadê o meu direito de ir e vir? Eu não vivo em paz. Tu acha que eu vivo em paz? Tu acha que a cada dia que eu pego o ônibus, quando eu vou descer do ônibus, eu não tenho medo? Quando eu tô caminhando na rua, quando eu vou dormir de noite? Porque ter uma porta, ter um portão chaveado, não quer dizer nada. Não impede nada. Medida protetiva também não impede.”

Eles são mais fortes, e mexem com o psicológico da gente muito, muito, muito.”

Um ponto que sempre considerei polêmico desde a escrita do projeto é a questão do “ser vítima” que o conceito de violência de gênero tenta transgredir, colocando a mulher não somente como vítima, mas também como sujeito atuante no ciclo de violência que é instaurado. Essa questão ficou ainda mais incômoda pra mim e, finalmente, durante a presente entrevista, perguntei à participante o que ela pensava sobre ser chamada de vítima. Segue o relato:

“Eu fui vítima dele sim, fui uma vítima dentro da minha casa [...] naquele momento eu era uma vítima, eu tava sofrendo todo tipo de abuso que tu poder imaginar. Eu sofri nas mãos desse homem todo tipo de abuso. No momento em que uma pessoa quer matar a outra, a pessoa que tá não é uma vítima disso? Eu acho que é. Na minha visão é. Não vou usar isso pra conseguir as coisas que eu preciso, não vou me vitimizar a vida toda, me fazer de coitada também, né? Porque eu consegui. Só que eu preciso que o governo me ajude a manter a minha decisão.”

A corrente teórica que procura relativizar o papel de vítima da mulher dentro da relação é a relacional, proposta por Gregori (1989), como visto na revisão de literatura. Adotamos preferencialmente essa teoria, pois não conhecendo o contexto das violências e motivações, e também para deslocar a mulher apenas de vítima sem possibilidades de reação, a teoria relacional acaba por se adequar melhor à nossa abordagem.

4.2.2 A mulher “indesejada” e o contra-ataque

Mas renunciem elas a esse papel, queiram usurpar o poder masculino, deixem desencadear a violência, o gosto pelo sangue, a paixão noturna que nelas habita, e a história, tal como um rio selvagem que sai do seu leito, destruirá tudo à sua passagem. (PERROT, 2017, p. 183)

Na citação acima, Michelle Perrot refere-se à visão do homem, mais especificamente do historiador do século XIX, sobre a dicotomia “homem/cultura e mulher/natureza”, em que trata de definir a mulher essencialmente em relação à sua natureza supostamente maternal, benéfica, mágica, mas por vezes maléfica. Enquanto benevolente e dócil, a mulher estava em seu lugar, ou o lugar desejado pela sociedade: zelando pelo seu lar, cuidando de seus filhos, administrando com paciência e bondade a vida privada de seus homens para que esses pudessem ir a público produzir, fazer valer sua posição privilegiada. Porém, assumindo seu lado “impróprio” e obscuro – notemos a imagem quase mítica com a qual os historiadores citados por Perrot descrevem as mulheres – a mulher e suas atitudes tornam-se indesejadas. Ela ameaça o poder do homem e subverte um sistema equilibrado homem/mulher, cérebro/coração, rua/família.

Esses escritos de Michelle Perrot sobre a mulher no século XIX muito se assemelham aos resultados encontrados na presente pesquisa a partir dos questionários e entrevistas. Ao questionarmos as mulheres sobre estereótipos “clássicos”, as respostas estavam de acordo com o pensamento de dois séculos atrás. A frase “*Mulher tem que ser delicada e sensível*” teve o total/parcial acordo de 52% das participantes, enquanto 71% concordaram com a frase “*Dá pra entender que um homem que cresceu em uma família violenta agrida sua mulher*”. Ou seja, ainda se acredita em uma natureza feminina, em uma aura “sensível” da mulher, enquanto o homem possui o privilégio de justificar sua violência contra ela. E o principal de tudo: as mulheres acreditam nisso. As frases citadas nos questionários trazem consigo um tom de verdade, pois são muito ouvidas e citadas país a fora. Talvez seja devido ao fato de tanto serem ouvidas sem um

questionamento mais profundo, essas frases foram cravadas na memória coletiva dessas mulheres tornado-se verdades?

Seguindo, então, a lógica dos historiadores da sociedade descrita por Perrot, ainda muito semelhante à nossa em diversos aspectos, a mulher que contra-ataca, que se impõe, que também age com violência, é maléfica. É a mulher indesejada, que não possui lugar na sociedade e que não deve ser levada a sério. Despentes (2016) comenta que não aceitar que a mulher se defenda é uma “empreitada política ancestral, implacável” que, além de não aceitar, ensina as mulheres a não se defenderem nem a se vingarem, mas apenas a sofrer.

Porém, ao lermos os relatos dessas mulheres que após muitos ataques resolveram contra-atacar, vimos que essa essência feminina não só vai por água abaixo como também ofende. Ofende, pois essa visão essencialista está longe de ser humana, com defeitos, com personalidade. Logo, a mulher “desejada” não é humana.

Dito isso, neste tópico, mostramos os contra-ataques, as estratégias de defesa e o rompimento do ciclo de violência por parte das mulheres. Iniciamos pela entrevistada E1, em cuja fala notamos uma longa história de idas e vindas de ataques, o que entra em consonância direta com a teoria do ciclo de violência. Após sofrer violência desde os quinze anos,

“[...] eu tinha quinze anos, eu tive a minha filha, aí morei com o cara e comecei a apanhar, apanhar mesmo. Chegava a sair sangue. Aí eu peguei e aceitava. Na real é uma coisa que tu não quer, né? [...] aí eu peguei e consegui sair. [...] Aí eu peguei a minha filha que hoje tem 18 anos. Eu criei ela sozinha. Aí depois disso eu pensei: nunca mais vou passar! Aí eu peguei, ela tinha um ano e seis meses, eu voltei com o pai daquele. Foi bom três meses. Depois comecei a apanhar também. Todo mundo dizia, “Ah por que tu não sai?” Não porque

eu não queria, eu tinha pra onde ir. [...] Hoje tem mulher que vai na Maria da Penha dá queixa, aí volta o cara promete mundo e fundo. Voltam. [...] Tem que vez que eles ficam um mês mansinho. E tu acredita neles. Acaba acreditando que ele mudou. Ai depois passa um mês, aí o troço pega.”

A entrevistada E3 relata seus dez anos como vítima de violência por parte de seu ex-companheiro como uma “ferida aberta”, apesar de ter conseguido romper com o ciclo. Ela conta que quando seu agressor começou a usar crack a violência, que antes era verbal, passou a ser física. Em relação ao ciclo de violência, na sua fala, identificamos diversos pontos:

“Ele me mantinha com ele através de ameaça. Ele ameaçava a minha família. ‘Tu pode ir embora, mas o dia que eu te achar tu tá morta. E se tu não tiver amor pela tua família, porque eu boto fogo na casa da tua mãe, mato esse, mato aquele.’ E eu acreditava nisso, acreditava que ele ia ser capaz de fazer aquilo.”

A entrevistada comenta que muitas vezes o agressor tentou a reconciliação, atitude que encontramos na fase da “lua de mel” do ciclo de violência.

“Ele me pedia desculpas, muitas vezes. Muitas vezes até de chorar. No início acreditava, no início pensava: ‘puxa vida, ele gosta...’, né? No começo, porque eu nunca tinha convivido com uma pessoa assim, e no começo eu acreditava. Mas depois eu comecei a ver

que aquilo era uma desculpa pra eu ficar. No início ele era assim, ele é uma pessoa muito sedutora. Então no começo, quando ele me conheceu, nossa, pensa num homem bom. Nunca conheci ninguém assim, ele era... Ele era muito bom. Acho que eu primeiro ano, assim, nossa! Nós dois trabalhando, e adquirindo, já tinha casa própria e, sabe? Foi de repente. Aí um dia uma cervejinha a mais, e aí começou um xingão aqui, um xingão ali. No começo era quando usava álcool. E aí já veio a função do ciúme demais, e aquele ciúme começou a virar uma doença. E aí, de repente, aquele príncipe que eu conheci, se transformou num monstro. Não é nem um sapo, porque um sapo seria inofensivo. Se transformou num monstro mesmo, do meu pior pesadelo.”

Sobre a continuidade da relação abusiva:

“Tu não tem qualidade de vida dessa forma. E elas tão ali achando que aquele homem ama elas porque ele chora, porque ele pede desculpas, mas na verdade ele tá só usando elas. Eu queria muito poder ajudar outras mulheres a se libertar dessa prisão, porque a prisão tá na mente da gente. A porta tá aberta, mas tu não consegue ir. Sabe aquele passarinho que tu deixa tanto tempo dentro de uma gaiola, e aí tu abre a porta e ele não sai? É mais ou menos isso que acontece com a gente, é uma prisão psicológica muito grande. Tu simplesmente te acomoda ali, e aí de repente, tu já tá achando normal. Tu já não te sente mais capaz. Eu não

me sentia capaz, eu achava que eu não ia conseguir. 'Eu sou uma porcaria de mulher, como é que eu vou conseguir cuidar dos meus filhos sozinha, se eu não consigo nem cuidar da minha família?'

Identificamos nesses relatos algumas fases do ciclo de violência, como a fase da “lua de mel”, na qual tudo parece bem – “*Tem que vez que eles ficam um mês mansinho. E tu acredita neles*” ou “*foi bom três meses*”. Nessa etapa, segundo Lazzari: “o agressor utiliza-se de justificativas, de argumentos para explicar seu comportamento agressivo, como o excesso de bebida ou de trabalho, ou passa a culpar a vítima – tudo isso para que ele não se sinta culpado” (LAZZARI, 2014, p. 32).

Também houve a pressão social para que a mulher rompesse a relação; por exemplo, E1 relata que não saía não porque não queria, mas porque não tinha para onde ir. Isso é comum em relações abusivas nas quais a vítima sente-se dependente emocionalmente do abusador, o que impede o rompimento com a esperança de que um dia ele mudaria seu comportamento.

Os motivos para as mulheres não romperem com o ciclo e manterem relação com seus agressores são diversos. A pesquisa “Violência doméstica e familiar contra a mulher”, desenvolvida pelo DataSenado, aponta que o maior empecilho para a denúncia formal da violência é a preocupação com os filhos, sendo o motivo apontado por 24% das entrevistadas. O segundo motivo mais citado foi o medo da vingança por parte do agressor, com 21%, seguido da esperança que seria a última agressão, citado por 16% das mulheres. Os outros motivos citados, com 10% e 7% respectivamente, foram a impunidade e a vergonha (BRASIL, 2015).

A entrevistada E3 comenta que muitas vezes é necessário ajuda de outras mulheres para o rompimento:

“A princípio eu relutei muito, mas acho que foi um aprendizado. Acho que eu precisava disso, precisava ver outras mulheres porque, normalmente, as pessoas que não passam por isso julgam muito. Dizem: “Ah, ela é sem-vergonha”, mas elas não têm noção do quanto é difícil, do quanto é difícil tu juntar teus pedaços assim, e enfrentar aquela situação. Então, eu acredito que a maioria delas esteve sempre com os filhos.”

Sobre a questão da ruptura, a mulher, mesmo vítima, torna-se culpada pela violência sofrida. A pesquisa do IPEA sobre Tolerância social à violência contra as mulheres coloca alguns fatores que dificultam o rompimento da relação por parte da mulher. Um deles é o fato de o agressor ser alguém escolhido para dividir sua vida, o que envolve questões afetivas muito fortes. A pesquisa ainda coloca que:

Romper a relação afetiva, mesmo num contexto de violência, se mostra sempre muito difícil. Há a tendência de se culpar, de acreditar que o comportamento violento pode mudar, de temer pela vida e integridade física, própria e dos filhos. Tantos fatores fazem do fenômeno da violência doméstica algo muito complexo e de difícil compreensão. A culpabilização das mulheres pela violência sofrida demonstra essa dificuldade. (IPEA, 2014, p. 21)

A entrevistada E2 relata uma situação diferente das anteriores: logo no início dos ataques, ela comenta que se defendeu:

“No começo ele me batia, me quebrava minha cara. Daí depois eu engravidei e não sabia, aí eu peguei e dei uma facada nele, uma giletada nele, e ele nunca mais encostou um dedo em mim. Aí dei parte dele cinco vezes na Maria da Penha, e não resolveu nada”.

Durante o relato, percebemos seu forte envolvimento emocional com o seu agressor, deixando claro que, apesar da defesa da violência ter acontecido, o ciclo em si não foi rompido. Apesar do agressor citado no relato encontrar-se preso por conta da denúncia da vítima, ela o visita com frequência na prisão:

“Ele foi preso. Eu tava grávida das gêmeas, ele foi preso. Daí eu fui visitar, fui fazer a carteirinha dele no Central. A mulher disse pra eu ir no fórum. Fui no fórum e retirei a queixa”.

Não fica clara a razão pela qual a entrevistada retirou a queixa; ao citar a ineficiência da lei Maria da Penha, a justificativa da entrevistada se revela contraditória, pois o agressor foi preso justamente por conta da sua denúncia. Além disso, ela ainda relata que se arrependeu de ter denunciado, outro forte indício da dependência emocional da mulher pelo seu agressor:

“Eu me arrependi da denúncia, porque eu tinha recém ganhado as gêmeas, aí como é que é... quando a minha mãe foi ligar pra ele e dizer que eu tava na sala de cesariana, a polícia atendeu o celular: “Ah ele tá sendo preso”. Aí eu me apavorei. Ganhei, fui pro quarto, aquela coisa toda. Mas a Maria da Penha, numas coisas adianta, mas pra outras não.”

Os “contra-ataques”, como descritos no título, referem-se à defesa e às estratégias de rompimento que as mulheres encontraram para resistirem e darem um fim à relação abusiva. Atitude da mulher “indesejada”, pois desde sempre as meninas “são adestradas para nunca machucarem um homem, e as mulheres são

enquadradas toda vez que fogem dessa regra” (DESPENTES, 2016, p. 39). Mas a autora citada, assim como as mulheres entrevistadas, deixou de sofrer calada, revoltou-se contra uma sociedade que as educou sem “ensinar a ferir um homem se ele me abrir as pernas à força, sendo que essa sociedade me inculcou a ideia de que o estupro é um crime do qual eu nunca poderia me recuperar” (DESPENTES, 2016, p. 41)

A revolta, a defesa e o rompimento são relatados pela entrevistada E1, que tomou atitude de não aceitação da violência de seu primeiro companheiro após o nascimento de sua primeira filha:

“Aí eu ganhei minha guria e foi onde eu falei: ‘não, chega, não vou mais passar por isso’. Aí comecei a não aceitar. [...] Aprendi a me defender. Eu mesma botei limite, eu mesma fui dar parte dele.”

Já no seu próximo relacionamento, a entrevistada relata que havia violência, porém ela não a aceitava e se defendia:

“Aí fui indo né, depois passei com esse aí também. Mas esse aí a gente se agarrava no pau. Não ficava quieta. Ele ia pra cima, eu também ia. Eu também, e na última vez que a gente brigamos, ele veio pra cima e fui pra cima também, quase dei uma facada dele, a sorte que pegou aqui assim no lado. [...] tem umas mulheres que aceitam quietas, né? O problema é o de aceitar quieto, o problema é isso aí. Se a pessoa começar a se defender aí para.”

Ainda sobre o rompimento, a entrevistada continua:

“Tudo cansa... e não adianta os outros falar, tem que ser a pessoa mesmo [romper o relacionamento abusivo]. Eu quando saí da casa do meu primeiro casamento, eu saí só com as roupas e meus filhos. E ainda ele pegou e falou na porta: “Ah, tu vai voltar!”, e eu disse assim: “Então espera sentado”. E nunca mais voltei. Sofri, passei, e nunca mais. Digo, aqui eu vou seguir na minha frente e deu.”

Ela relata que após a separação, seu último companheiro tentou reconciliação, mas ela negou:

“Aí fui, busquei minhas coisas, e daí depois ele viu que eu tava mudada, que eu tava bonita, entendeu? Aí começou a levar carta, entregar pro meu irmão, começou a botar na carta pedindo perdão, um monte de coisa, mas eu disse não. Não vou dizer assim que eu não amava, entendeu? Mas eu acho assim, mesmo tu amando aquela pessoa, eu acho que tem que pensar o que tu passa na mão dela. Tem que pensar no que tu passa.”

Percebemos, na fala da entrevistada, que o gatilho para a conscientização foi o nascimento da sua primeira filha. Já no segundo relacionamento, também violento, não houve aceitação desde o início, sendo que foi de seus revides que ela conseguiu se impor e, posteriormente, acabar com o relacionamento.

Os filhos aparecem nas falas como um dos grandes motivos para a ruptura do relacionamento abusivo. A entrevistada E3 relata:

“Eu não sei nem te explica porque eu não conseguia ir, mas eu não conseguia. Mas no momento que eu percebi que o meu risco era mais, maior tando ali do lado dele, no momento que ele se viciou em droga mais forte, e aí aquilo começou a ficar perigoso, aí principalmente pelos meus filhos nem tanto por mim, eu consegui fugir. [...] se não fosse pelos meus filhos não teria motivação. Com certeza, porque eu não gostava de mim. Eu não conseguia me enxergar como um ser humano, como uma pessoa. Não tinha mais nenhum tipo de sentimento há muito tempo. Eu tinha nojo dele, e aí eu sentia nojo de mim por tá ali, e eu não conseguia sair. Então aquilo foi ficando assim... Nossa, eu não gostava de mim, eu tinha nojo de mim.”

A autoestima da mulher em situação de violência de gênero, como relatado, é anulada. E esse é um dos fatores que levam as mulheres a ter dificuldade de romper seus relacionamentos abusivos (LAZZARI, 2014). Em um nível tão baixo de autoestima, a ponto de não se sentir um ser humano, o único gatilho para a libertação são os filhos.

A entrevistada E2 também cita o nascimento da filha como motivo para ruptura da relação.

“Eu disse pra ele que quando eu tivesse a minha filha mulher, ele não ia encostar um dedo em mim. Depois como eu vou falar pra minha filha: “Não, não fica com esse homem, que ele é vagabundo”. O que ela vai falar pra mim? “Não, tu tá apanhando do meu pai, e meu pai não é vagabundo”. Então daí a gente teve a nossa filha, que ele também sempre quis uma filha mulher, e ele

mudou. E aí depois veio mais duas, e aí ele parou pra pensar, né, no que adianta a gente falar: “Não, tu não vai ficar com esse cara, que esse cara é vagabundo, vai te quebrar essa tua cara”, porque muito ele quebrou a minha também. Aí não adianta nada.”

Percebemos que, nesse relato, a entrevistada comenta a preocupação com a transmissão do exemplo para sua filha: *“Depois como eu vou falar pra minha filha: “Não, não fica com esse homem, que ele é vagabundo”. O que ela vai falar pra mim?”*. Nesse caso, os filhos continuam sendo o gatilho para o fim da relação violenta, mesmo que por motivos diferentes dos relatados anteriormente.

As mulheres dos relatos e assim como todas que passam por situação de violência enfrentam inúmeras barreiras para o rompimento de sua relação: vergonha, preocupação com os filhos, medo. Mas será que todos esses motivos não se resumiriam no desejo inconsciente, perpetuado através da memória coletiva, de manter a “ordem”, ou seja, de manter a mulher no seu “devido lugar” para que o masculino continue masculino e o feminino continue feminino? Sobre isso, Despentes coloca que “Talvez a possibilidade de tornar o sexo feminino inacessível pela força não seja algo desejável. É necessário que permaneça aberta, e com medo, uma mulher. Senão, o que definiria a masculinidade?” (2016, p. 40). A memória coletiva é discutida no próximo item da análise, mas, por enquanto, fiquemos com essa inquietação: até que ponto uma mulher que rompe o silêncio e também decide atacar importa para a sociedade?

4.3 “MULHER GOSTA DE APANHAR”: A MEMÓRIA COLETIVA E O ESTEREÓTIPO DE GÊNERO

Os relatos feitos pelas mulheres entrevistadas são atravessados diversas vezes por uma memória sedimentada – a memória coletiva que, sem elas mesmas saberem como, está ali intrínseca e compondo os seus discursos. É como se

algumas das falas já tivessem nascido prontas. São esculpidos pela matéria da memória coletiva os relatos de estereótipos de gênero, pelos quais as mulheres entrevistadas reproduzem falas que não são suas, mas são memórias do que já foi dito, a metamemória (CANDAU, 2014).

Um dos exemplos mais claros da forte presença na memória coletiva é a afirmação repetida pela maioria das entrevistadas: “mulher gosta de apanhar”, mesmo com toda a história de violência sofrida por anos. Mas durante esses segundos nos quais essa afirmação escapa, percebe-se que há um esquecimento do seu próprio passado de violência.

Os dados descritivos da pesquisa mostram que algumas afirmações já consolidadas na memória coletiva e que trazem estereótipos negativos às mulheres recebem um maior número de manifestações favoráveis. No gráfico a seguir, apresentamos as frases que compõem o senso comum e a porcentagem de concordância de cada uma:

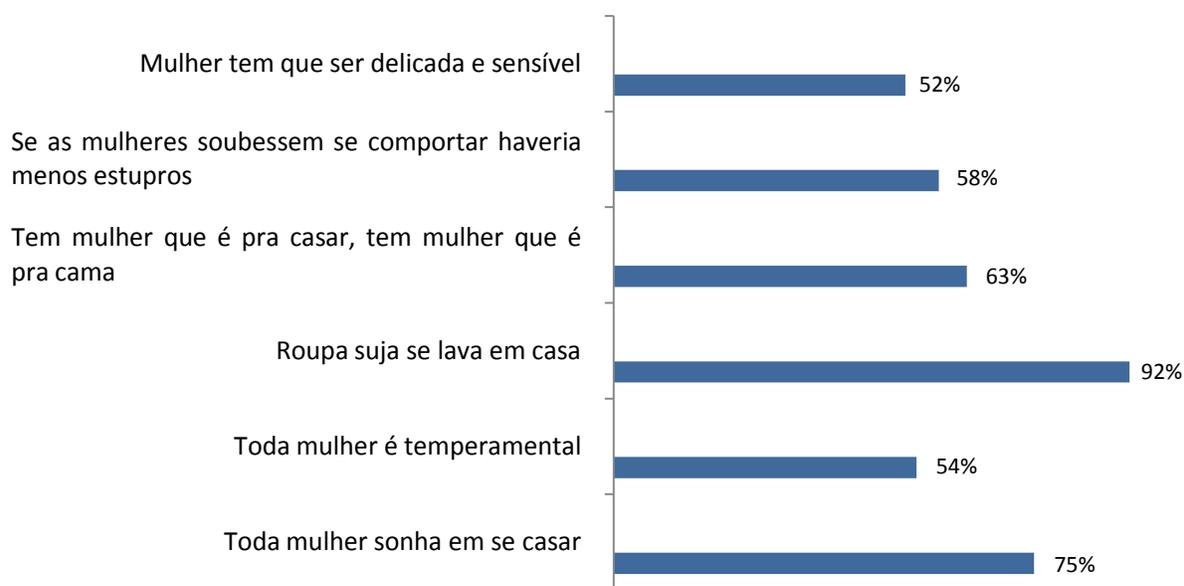


Figura 2 - Frases e memória coletiva
Fonte: elaborado pela autora

As frases “feitas” e com teor deturpador tendem a receber maior retorno positivo, como “roupa suja se lava em casa”. Já afirmações que possuem

praticamente o mesmo conteúdo, mas que trazem elementos positivos às mulheres e são expressas de forma mais desenvolvida não carregam em si efeito imediato das frases prontas e recebem outro tipo de retorno:

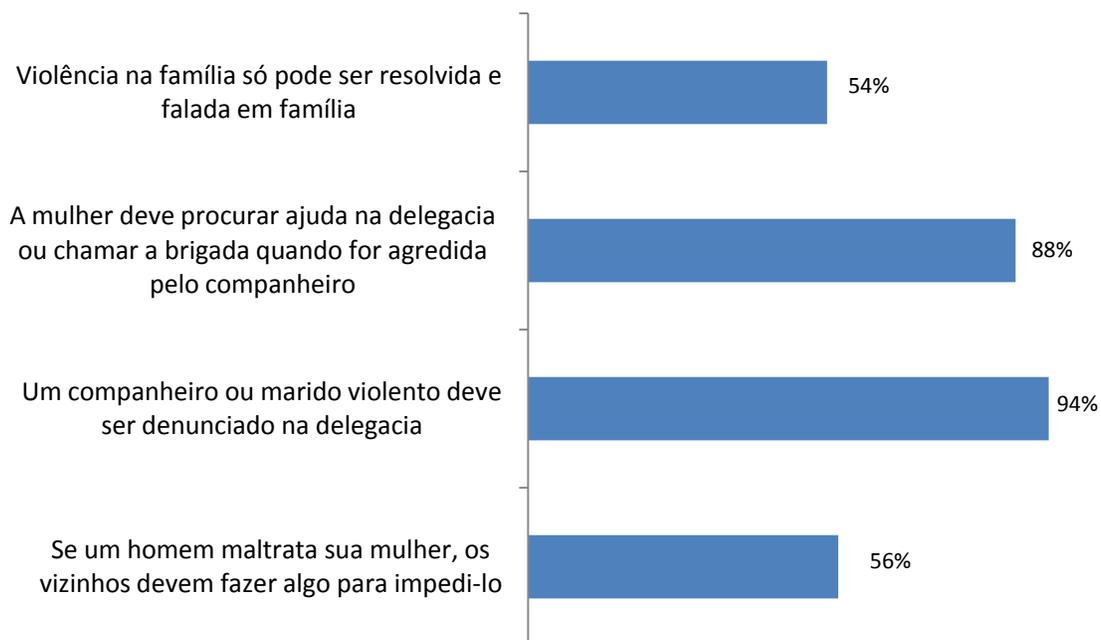


Figura 3 – Frases

Fonte – Elaborado pela autora

Esses dados trazem evidências de que o discurso que compõe a memória coletiva, quando exposto em forma de frases feitas alimentadas pelo senso comum, é passível de maior concordância. Isso pode se dever ao fato de que, consolidadas na memória coletiva e sem espaço para questionamentos, essas frases de efeito tornaram-se verdades incontestáveis. São fáceis de serem absorvidas, a identificação é quase imediata, pois são sentenças familiares, ouvidas durante toda uma vida. Já as frases desenvolvidas dentro de uma realidade, como as expostas na figura 2, não são aceitas de imediato. Aqui, tudo leva a crer que o discurso repetido constantemente sem margem a dúvidas, carregado de estereótipos e às vezes com analogias rasas é o mais fácil de ser absorvido e aceito. Supomos que são essas características que tornam a memória

coletiva deturpadora a respeito das mulheres, fácil de ser perpetuada e repetida através de gerações e por todas as camadas da sociedade.

Trazendo agora os relatos das mulheres, a entrevistada E1 afirma que, quando questionada se, em sua opinião, há alguma justificativa para as violências sofridas pelas mulheres:

“as mulheres não fazem nada, mas mesmo assim apanha, mesmo assim sofre [...] eu tinha quinze anos, eu tive a minha filha, aí morei com o cara e comecei a apanhar, apanhar mesmo. Chegava a sair sangue. Aí eu peguei, eu era nova, não sabia o que era aquilo ali, né? Aí eu peguei e aceitava. Na real é uma coisa que tu não quer, né? ”.

Porém, em outro trecho da entrevista, quando questionada sobre sua visão a respeito de outras mulheres da comunidade, ela responde:

“Tem vezes que eu vejo diferente, né? Tem vez que mulher gosta de apanhar”.

Outra entrevistada também possui essa premissa em sua fala. Quando questionada se, em sua opinião, há alguma justificativa para as violências sofridas pelas mulheres, E2 responde:

“Olha, tem uma vizinha minha que o marido tá numa boa, ela chega e deu, já começam a se pegar, discutir, e ele quebra ela a pau. Mas o cara tá numa boa, eu acho que é ela que chega reinando, aí se pegam. Se

pedir tem que apanhar, né? Então eu acho que o problema é ela mesmo.”

Nesse relato, a entrevistada refere-se a uma mulher que trabalha fora de casa e que, segundo ela, provoca o marido, que não trabalha, para apanhar. A mulher, na verdade, nesse caso, quebra com o estereótipo e por isso provoca. Afinal ela é que trabalha fora e o marido está em casa.

Ainda no seu relato:

“Tem que apanhar mesmo, porque o cara tá dentro de casa, calmo e chega ela reinando.”

A entrevistada também conta que ela e outras conhecidas comentam para a vizinha citada que “o problema é ela mesmo”. Além da violência sofrida, a mulher relatada na entrevista ainda sofre com a culpabilização por parte de conhecidos.

“A gente fala e ela fica braba com a gente, porque a gente defende ele. ‘Ah, vocês ficam defendendo ele, ele é o certo, eu sou a errada’. Eu disse: ‘mas é o que a gente vê, o cara fica só em casa, não sai nem pra rua, e tu chega e começa as ladainha, as briga.’ É aquela desculpa pra ela fugir, sabe?” (E2)

Quando questionada se ela se sentia culpada pela violência que sofreu, responde que se sentiu culpada por não ter escolhido um “homem melhor”:

“Não, eu achei assim, que fui eu que quis, né? Porque com um monte de homem, pra que pegar homem da vila? E as gurias sempre falavam: ‘Ai, tem que pegar homem diferente’. Isso eu até pensei, que foi culpa minha mesmo por que eu não fui pegar gente conhecida, né?”

Isso demonstra o conflito entre a memória coletiva sedimentada no relato e a sua própria vivência, essa marcada por violências de todo os tipos, perpetuadas por homens durante anos. A memória coletiva, carregada de estereótipos, sobressai em detrimento de uma possível sororidade entre as mulheres da comunidade. Sororidade, palavra inexistente nos dicionários formais da língua portuguesa, trata-se de uma prática do feminismo atual, uma experiência entre mulheres que busca uma relação positiva de apoio mútuo para ações específicas contra a opressão e a busca pelo empoderamento (LAGARDE Y DE LOS RIOS, 2009).

Ainda segundo a autora, a sororidade possibilita criar uma rede de defesa a agressões e violências, além de propagar o feminismo e valorizar a sexualidade feminina. Se a memória coletiva deturpada a respeito das mulheres da comunidade fosse desconstruída, com trabalho e reflexão, essa rede de apoio seria possível entre essas mulheres?

É interessante perceber que a memória coletiva e estereotipada influencia na leitura das entrevistadas quando elas se referem a outras mulheres. Os estereótipos sabidamente são utilizados pelo dominador para justificar sua dominação. São “concepções rígidas sobre a realidade que não aceitam ponderações, questionamentos ou contraposições”, e colaboram para “legitimar como causa ou efeito da dominação e exploração de um grupo pelo outro, de um país pelo outro, de um gênero sobre o outro” (SAVENHAGO; SOUZA, 2015, p. 220).

Entre as frases utilizadas nos questionários, encontramos duas relacionadas ao estereótipo do “mulher gosta/merece apanhar”. É interessante notar que enquanto 90% das participantes discordam da frase “Mulher que trai merece apanhar”, 46% concordaram com a frase “Mulher que é agredida pelo parceiro e continua com ele gosta de apanhar”. É a frase “merece apanhar” que parece tão mais cruel do que “gosta de apanhar” a ponto de apontar tanta diferença no resultado? Por que uma frase é aceita com tanta naturalidade e a outra com quase o mesmo conteúdo causa repulsa na maioria das mesmas pessoas? Esse é poder do estereótipo, o de causar essas contradições nos relatos e resultados da pesquisa. As frases prontas são confrontadas com a realidade, a memória coletiva é vista claramente na prática, porém há dificuldade em se perceber que uma pode ser a causa da outra, e os estereótipos podem influenciar e influenciam diretamente nas violências cotidianas de cada mulher.

Strey coloca os estereótipos como “definições sociais dominantes, que funcionam tipicamente para preservar, aumentar e legitimar as vantagens acumuladas por membros da elite” (2012, p. 60). A autora comenta que essas definições sociais, ou estereótipos, são “historicamente fundamentadas” e os membros da elite que possuem o poder de defini-las são sempre homens.

A consequência disso é que as mulheres são vistas da maneira como aqueles que detêm o poder da definição querem, ao passo que os homens “provavelmente serão tratados mais como indivíduos do que como representantes de um gênero” (STREY, 2012, p. 60). Considerando isso, podemos supor o quanto as questões relacionadas a gênero influenciam na interpretação e na performance do “ser mulher” na sociedade.

A rivalidade entre as mulheres, uma das consequências do patriarcado, não é identificada pelas entrevistadas em seus relatos. O sistema patriarcal usa de estereótipos construídos através do tempo para validar sua misoginia, misoginia essa que também faz parte das mulheres. E as prejudica.

Podemos aqui nos referir a Foucault, cuja obra “História da Sexualidade” não trata diretamente das mulheres, de questões de gênero ou do patriarcado,

mas traz inúmeras contribuições no sentido de possibilitar estudos que desconstruam a “essência feminina” tão importante para a manutenção do patriarcado. A medicina, a partir do século XIX, contribuiu para o afastamento da mulher da esfera pública e da produção do conhecimento e intelectual, criando a imagem da mulher como biológica e moralmente inferior ao homem (RAGO, 2015), através da

histerização do corpo da mulher”, processo pelo qual o corpo feminino foi “analisado, qualificado e desqualificado, como um corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual esse corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas. (FOUCAULT, 2014, p. 113)

Ainda sobre a construção do sujeito mulher pelo homem e a serviço do patriarcado e sobre a internalização desse sujeito por parte das mulheres através da memória coletiva, Despentes coloca:

Existe um orgulho doméstico em avançar com o freio de mão puxado, como se isso fosse útil, agradável ou sexy. Um gozo servil em relação à ideia de servir como trampolim. Nosso poder nos envergonha. Estamos sempre vigiadas pelos homens, que continuam a se meter em nossas coisas para nos dizer o que nos convém ou não, e sobretudo somos vigiadas por outras das mulheres, através da família, das revistas femininas e do discurso dominante. É necessário minar esse nosso poder, nunca valorizado em uma mulher: “competente” ainda quer dizer “masculina”. (2016, p. 15)

Percebemos aqui um esforço das esferas formais de produção de conhecimento em renegar à mulher o espaço público, a produção de sua própria memória e a defesa da leitura deturpadora que sofreu de sua imagem pelas instituições produtoras do saber. Essa discrepância entre os relatos expostos pelas mulheres entrevistadas e a memória coletiva enraizada ainda é resultado desse esforço que prejudica e torna mulheres inconscientes de que o problema da

violência contra elas mesmas é público, e não pessoal, é causado pela cultura machista, e não pelo comportamento da mulher.

Já outra entrevistada aparentava ter maior consciência da rivalidade presente entre as mulheres ao comentar em um trecho:

“As mulheres ainda são muito submissas. Ainda as próprias mulheres, muito machistas, com uma visão muito machista, entende? Com relação a outras mulheres principalmente.” (E3)

A mesma entrevistada, quando questionada se acreditava que há uma justificativa para mulheres sofrerem violência, revela:

“Já achei que sim, já pensei dessa forma. Já cansei de me perguntar o que eu tinha feito. Mas hoje eu vejo que não, que nada justifica nenhum tipo de violência, mas já pensei dessa forma. Porque hoje em dia eu penso que eu me sentia culpada porque eu achava que eu era culpada pela minha família não tá dando certo. Aquele homem tava brabo porque eu tinha feito alguma coisa pra ele. E agora, vendo isso, eu vejo que não.”

Nessa fala, já podemos perceber outra visão, o contrário das duas entrevistadas anteriores. Percebe-se uma tomada de consciência maior em relação à situação e às mulheres como um todo. Segundo Méndez (2004), a tomada de consciência não é “inerente a todas as mulheres, mas sim àquelas que conseguem perceber a sua situação de oprimidas e lutar para libertar-se” (MÉNDEZ, 2004, p. 11).

Para Grossi e Aginsky (2012), o processo de conscientização permite a resistência à opressão. Para as autoras, o processo parte do reconhecimento das forças que a oprimem para depois “desafiar a ideia de que sua falta de poder reside somente no nível de si própria, como um indivíduo” (GROSSI; AGUINSKY, 2012, p. 34).

As autoras levantam uma questão importante em relação a uma possível desconstrução dos estereótipos deturpadores da mulher, mais especificamente da mulher vítima de violência, através de práticas discursivas contra-hegemônicas. Isso significa que, enquanto o discurso hegemônico seria o regridor de comportamentos considerados naturais, o contra-hegemônico a ele se oporia “buscando revisar as noções do ‘senso comum’ sobre mulheres maltratadas, autonomia, poder, dominação, etc.” (GROSSI; AGUINSKY, 2012, p. 42). O discurso contra-hegemônico é produzido exatamente pelo oprimido, que enfrenta e desconstrói o conhecimento vigente.

Essa resistência e desconstrução do discurso hegemônico por parte das mulheres que passam por situação de violência é muito importante para uma possível transgressão na memória coletiva referente às mulheres, vista no início do capítulo. As mulheres são sujeitos ativos da mudança, e precisamos dar voz àquelas que não encontram um canal formal disponível para poderem fazer o mesmo. Isso, para as mulheres que sofrem violência nas suas relações, significa “a apropriação de conhecimento sobre elas próprias que ampliam sua compreensão de mundo” (GROSSI; AGUINSKY, 2012, p. 43), e para todas as mulheres, uma nova forma de construção de sua história e memória.

4.4 “HOJE NÃO ACEITO HOMEM MANDANDO EM MIM”: PERFORMANCE E A (RE) CONSTRUÇÃO DO “SER MULHER”

Nesse item, acompanhamos o processo de reconstrução das mulheres e as mudanças de suas vidas a partir de sua nova visão sobre si mesmas assim como sobre a cultura machista e sexista como um todo. Outro ponto muito importante

desenvolvido é a construção do “ser mulher” a partir do rompimento das relações de abuso e as transformações de performance de gênero a partir dessa mudança. Aqui, vemos as mulheres como agentes e escritoras de sua história.

Para transgredirmos a noção do feminino eterno descrita anteriormente (considerada natural em nossa memória coletiva), o primeiro passo é internalizar o conceito de gênero como construção social, conforme observado na revisão de literatura. Com esse conceito em mente, conseguiremos concretizar a mudança, a reconstrução dessas mulheres. Além disso, precisamos entender o quanto o debate sobre gênero, para além da sua importância acadêmica, exerce um grande impacto na construção de políticas, na vida cotidiana dos indivíduos e na organização social como um todo (MATOS, 2015).

Não existe apenas uma forma de ser mulher. Somos muitas e sempre nos reinventamos. Despentes critica o dito “feminino eterno”, chamando-o de “uma enorme brincadeira de mau gosto” (2016, p. 120). O feminino eterno dessas mulheres seria o de apanhar caladas, servir aos seus maridos, a seus lares e não tomar atitudes que ameaçariam o aparente equilíbrio de suas famílias. O feminino eterno, nesse caso e em muitos outros, não é só de mau gosto como também perigoso e potencialmente mortal.

Continuando com sua crítica à feminilidade e ao perigo que nela reside, Despentes, com sua escrita livre e sarcástica, descreve o que é de fato o ser essencialista feminino:

Depois de vários anos de boa, leal e sincera investigação, deduzi que: feminilidade é putaria. A arte do servilismo. [...] Quase sempre trata-se de se habituar a se comportar como inferior. Entrar num cômodo, olhar se existem homens presentes, desejar agradá-los. Não falar muito alto. Não se expressar num tom categórico. Não se sentar com as pernas abertas, com mais comodidade. Não se expressar num tom autoritário. Não falar de dinheiro. Não desejar conquistar poder. Não desejar ocupar um posto de autoridade. Não procurar prestígio. Não rir muito alto. Não ser muito engraçada. Agradar os homens é uma arte complicada que exige que apaguemos tudo que faça referência ao domínio da potência. (2016, p. 106-7)

Vamos, então, tentar compreender as questões de gênero e da construção e ressignificação do “ser mulher” nos relatos das mulheres participantes da pesquisa. Iniciando pela entrevistada E1, que desenvolve seu raciocínio sobre se relacionar com companheiros abusivos até, finalmente, alcançar a independência através do rompimento da relação:

“[...] eu fui criando coragem, entendeu? Pensei assim: “Eu apanho, passo fome, mais um?”. Eu digo, não pedi pra vir no mundo. Aí eu pensei: “Mais um, não, chega”. Pé no chão e já era. É que tem mulher assim, vou dizer assim... Vou dizer bem sincero pra ti, tá? No caso eu sou casada, tenho tudo, meu marido dá tudo, mas mesmo assim ele magoa, bate, mas eu não vou largar porque aqui eu tenho tudo, tem minha casa. Pra onde eu vou? Mas não é assim, o que importa é a pessoa viver bem. Não é ter tudo, eu não tive.”

A entrevistada relata que, mesmo com poucos recursos materiais, a felicidade reside no fato de poder chegar em sua casa sem um possível abuso. O “chegar em casa” e à “noite” aparecem como uma tensão nesse relato, com um tom de horror. Eles precediam as agressões, que agora são vistas como algo aparentemente superado. No trecho anterior, ela comenta que “foi criando coragem”, afirmando que agora é feliz. A construção aqui ocorre dentro do mesmo gênero mulher, porém a performance é revisitada aos poucos, à medida que a entrevistada cria sua nova realidade. Como coloca Beauvoir (2016a), o comportamento é a reação de uma determinada situação, não existe modelo registrado para mulher. Então, ao descrever sua vida longe das violências sofridas, seu tom de voz e postura mudam, o sorriso que marca no rosto nos faz

crer que, mesmo durante o relato, o “ser mulher” pode transitar entre muitas formas e que Beauvoir pode estar certa:

“Graças a Deus agora, tu vê, na real com trinta anos nas costas que eu fui ter as coisas, que fui ter a minha casa. E eu vim pra cá, vamos dizer, com uns caquinhos, mas mesmo assim eu era feliz. Imagina chegar em casa, e teu marido chegar e te bater. Imagina de noite quando tu não quiser transar, tu tem que transar mesmo assim. Eu me sinto feliz, agora.”

Outro ponto que se destacou nas falas foi o empoderamento. A entrevistada E1 ilustra muito bem esse conceito:

“É, eu mesmo hoje, eu não aceito homem mandando em mim. Ah, eu não aceito “tem que fazer isso, tem que fazer aquilo”, não. Ah, eu já digo que não vou e deu. É, é isso que hoje em dia eu penso, entendeu? Tem que ser firme nas coisas. A gente passa, eu já passei, todas as minhas coisas eu já passei, e tô aí. Hoje mesmo eu estudo de noite. [...] Eu brigo, se tiver pra brigar eu brigo.”

Empoderamento, relacionado às mulheres, pode ser considerado um processo que “[...] consiste em tomar consciência de si mesma, de sua possibilidade, [...] tomar o poder sobre sua própria vida, valorizando duas potencialidades e capacidades, em busca de uma vida melhor” (AGUIAR, 2015, p. 119). No trecho anterior, podemos ver a volta da entrevistada aos estudos como

um dos desfechos do empoderamento, uma forma de autorreconhecimento de seu próprio valor e a busca por uma evolução.

Empoderamento tem a ver com sororidade, sobre a qual se falou anteriormente. Os dois conceitos estão ligados a processos de reconhecimento no outro e de sensibilidade às diferenças. Podemos dizer que empoderamento se dá também quando percebemos que mulheres não são inimigas, pelo contrário, dividimos e vivemos uma mesma opressão e, unidas, podemos ser muito mais fortes do que individualmente (TREVISAN, 2015).

A mudança e segurança que E1 conquistou após o rompimento do casamento violento possibilitou que ela continuasse um relacionamento amigável com seu ex-companheiro. Inclusive, segundo seu relato, ela também conseguiu imprimir mudanças no modo de pensar e de agir do agressor, desenvolvendo uma relação pacífica com ele:

“E hoje, graças a deus hoje a gente se separemos e a gente se dá bem. Somos amigos, que ele foi vendo as coisa né? Ele mudou. [...] eu ajudei um pouco. Fui vendo como é as coisa, como não é. Mostrando pra ele como é, falando, e ele foi vendo também, pras outras também, e... Foi mudando um pouco. E hoje a gente se dá como bah, Deus o livre! Mas eu acho que não adianta tu dizer “Ah eu tenho três, quatro filho, eu não vou sair”. Vai depender da gente, entendeu? Se tu quer aquilo ali, se tu quer viver a vida toda apanhando, sendo... Tu tem que seguir em frente.”

Ainda em relação ao empoderamento, a entrevistada E2 conta, como visto nos relatos anteriores, que desde o início das agressões se impôs e se defendeu, além de denunciar seu agressor. Em relação à sua vida após o rompimento

definitivo e a prisão do seu ex-companheiro, ela relata que não acatou algumas exigências do agressor:

“Ele foi preso, e me deu o dinheiro pra comprar a minha casa. Ele dizia que ele não ia me dar minha casa, pra mim botar outro homem. “Não vou te dar dinheiro. Eu tenho dinheiro, mas não vou comprar casa nenhuma pra ti, pra ti botar outro homem e fazer cabaré na casa”. [...] Tive, tive outro namorado. Namorei, aí engravidei. [...] Ele não fala nada, ele só disse assim: “Ah por quê.... Podia ter só namorado, mas pra que engravidado?”, ai eu disse: “Eu engravidei porque eu quis. Todos os filhos eu tenho porque eu quis, não porque os homem quiseram”. Ai ele sempre fala: “Ah, eu tô orando por ti”, “Ora bastante!”, “Ah, eu oro por ti, pelos filhos, até pelo outro filho que não é meu”, “Então ora, continua orando aí, bastante”.

Essa “desobediência” ao homem é um traço indesejado nas mulheres, visto que o que ele busca é a validação do selo de “dono” das mesmas, ou “chefes”, como Wink e Strey (2007, p. 249) colocam: “Seja enquanto chefe da família ou chefe da casa, ambas as conotações levam à mesma representação ideológica – a do homem enquanto proprietário e, sobretudo, autoridade em um território comum e pré-legitimado.” A entrevistada, além de desobedecer, enfrenta o agressor, desafiando e rompendo estereótipos. Construiu um novo modo de ser mulher. E tem orgulho disso. E deve ter, pois assim rompe um dos estereótipos a nós reservados: o da vítima calada, como Despententes muito bem coloca:

Entendam: doce, sexy, mantendo o silêncio. Sabendo fechar sua grande boca, ao mesmo tempo em que a arrastavam de

quatro a orgias coletivas. Conselhos de mulheres, entre elas. Um bom pedaço de carne. Escondam suas feridas, madames, elas podem causar problemas ao torturador. Sejam vítimas dignas. Quer dizer, vítimas que sabem se calar. A palavra sempre confiscada. Um perigo, já entendemos. Perigo pra quem? (DESPENTES, 2016, p. 102)

A entrevistada E3 foi aquela na qual mais se nota a mudança na maneira de ser e agir. Ainda fortemente abalada pelos dez anos de agressões, ela demonstra uma força que promoveu grandes transformações no seu modo de ver o sujeito mulher, abordando questões como feminismo e cultura machista. Quando questionada se se aprende a ser mulher ou se se nasce mulher, ela diz:

“A gente sempre aprende alguma coisa, inclusive a ser mulher, dependendo do sentido da palavra. Eu me tornei mulher no momento em que eu consegui ficar independente. Eu acho que, pra mim, foi esse o momento que eu me senti mulher, porque antes eu não me sentia nem um ser humano, muito menos uma mulher.”

Nesse trecho, notamos a construção do ser mulher, em que a própria reconhece o tornar-se mulher após sua independência. Isso nos remete, quase de forma automática, a Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (2016b, p. 11). Acredito estar aqui o núcleo da dissertação: o reconhecimento e a autodeclaração de reconstrução, de ser mulher.

Entende-se que gênero, como construção social, varia conforme a cultura, o local e o contexto histórico onde é desenvolvido. Mas o gênero também pode ser revisitado dentro do mesmo indivíduo, ou seja, dentro de uma mesma identidade de gênero, diversos papéis podem ser desempenhados, constituindo

um processo ininterrupto que talvez nunca seja concluído. Essas reconstruções e ajustes na identidade de gênero são atravessados por práticas, discursos e representações, transformando-se através das histórias pessoais (LOURO, 2003).

Tanto gênero como a memória coletiva são efeitos de discursos. A performance do gênero é repetida constantemente ao ponto de parecer natural, assim como a memória coletiva é transmitida ao ponto de também soar como verdade indissolúvel. O processo de rompimento e, como consequência, a independência conferiram a essas mulheres um novo olhar sobre o mundo e a possibilidade de rever e interpretar a memória coletiva antes incrustada nos seus discursos. No trecho a seguir, a entrevistada E3 afirma que amadureceu e mudou o olhar sobre o mundo:

“Sim, porque qual é a frase que tu fala? “Pô, mas ela apanhou e tá lá?”, “Ah, mas aquela ali é sem-vergonha”. Ninguém sabe o quanto é difícil, até tu passar por isso. E por isso eu me identifiquei muito com as outras mulheres que eu conheci lá dentro, e isso me deu força também pra... Pra seguir. Acho que como aprendizado, acho que eu amadureci muito com isso, eu consigo ver, hoje, o mundo com outros olhos. [...] Então, a minha visão mudou muito depois disso. A minha forma de ver o mundo mudou muito depois disso, por isso que eu digo que hoje eu me libertei de uma prisão, que tava aqui dentro.”

Percebemos essa mudança de olhar durante as falas das entrevistas, nas quais o “ser mulher” varia de acordo com as mudanças em suas vidas. Porém, aqui estamos tratando da performance do gênero feminino para além dos papéis estereotipados. As falas trazem principalmente mudanças na leitura de si próprias e de sua relação com as formas de sexismo praticados. Por exemplo, no próximo

trecho, a entrevistada denuncia o machismo nas delegacias onde já prestou queixa:

“Ainda existe machismo entre as mulheres, né? “Mas também, com aquela roupa!”. Qual é o problema da roupa? Deixa a mulher andar com a roupa que ela quer! Quem é que dá o direito, ela não é... É a mesma coisa quando eu vou numa delegacia, o machismo com que eu sou tratada, me irrita. Porque agora, cinco anos depois de separada, eles se referem como “o teu marido”. Eu tô separada há cinco anos. Que eu me lembre, eu não fui marcada, eu não fui comprada. Eu não tenho marca no meu corpo, que diga que eu pertenço a essa pessoa.. Tu te sente um objeto, tu te sente um... E eu não gosto.”

A entrevistada afirma preferir ser atendida por mulheres, o que não acontece na realidade:

“Geralmente eu fui atendida por homem. E eu sinto muito machismo. Inclusive quando eu ia registrar... Uma vez eu vejo um policial dizer pra ele: “Larga essa mulher de mão, tu tem condições de arrumar coisa melhor”. Eu ouvi isso de um policial. Do profissional que vai lidar, assim. Seria interessante ter mais mulher na delegacia da mulher. Principalmente escrivão, principalmente a pessoa que vai ter algum tipo de atendimento, sabe? Porque tu sente a discriminação já deles ali.”

Percebemos nessa fala um desejo de mudança, de equidade, característico do discurso feminista. Em toda a entrevista, E3 deixou clara a sua disposição em

se posicionar dessa maneira firme e com prioridade. Não é de se espantar que, após o rompimento de uma relação predominantemente violenta, a mulher se engaje em tornar a sociedade patriarcal mais justa para as mulheres. Embora ainda haja o machismo sofrido no dia-a-dia praticado por meio de “cantadas” na rua, comentários machistas ouvidos sem a possibilidade de uma resposta, hiperssexualização do corpo feminino, entre tantos outros, já ocorre entre as mulheres, de forma gradual, uma certa revolta contra a cultura machista. Nota-se como os movimentos feministas crescentes estão cada vez mais fortes, as pautas estão se aprofundando e a mídia já está prestando atenção nessa voz – chamada de nova onda do feminismo.

Porém, ainda é preciso ampliar o leque dos movimentos, incluindo mulheres que, como as aqui entrevistadas, não possuem meios de propagar suas ideias e mudanças. O conhecimento que elas podem transmitir para o movimento como um todo seria enriquecedor, e mais mulheres na mesma situação de vulnerabilidade poderiam fazer parte dessa rede, resultando em mais mulheres empoderadas e capazes de lutar contra os abusos.

Outro ponto que se destacou nas entrevistas foi a preocupação em passar para os filhos não apenas as memórias traumáticas, mas também uma nova maneira de olhar uma relação entre homem e mulher, assim como o “ser mulher”. A isso chamamos de transmissão geracional dos protocolos de gênero, “no qual o agente responsável pelo desenvolvimento emocional, cognitivo e social ensina normas e prescreve regras que formam um padrão de comportamento” (SCAFFO, 2013, p. 13). No trecho a seguir, a entrevistada E2 relata que sempre fez questão de deixar tudo claro aos seus filhos em relação aos abusos sofridos:

“Nunca escondi nada dos meus filhos. Porque eu acho assim ó, quando tu tem um filho, tu não deve tá escondendo, que vai chegar uma pessoa e vai falar diferente, entendeu? Não interessa, pode ser pai, tu tem que falar a real, não tem que esconder, “ah é pai eu não

vou dizer o que eu passei na mão dele”. Mas eu acho que tem que falar”

No próximo trecho, fica evidente a transmissão de protocolos de gênero, tanto para os filhos quanto para a filha, visando a uma futura relação de respeito e equidade entre homens e mulheres. Também podemos notar uma fala de empoderamento para sua filha, incentivando-a a ser independente e a nunca aceitar violência:

“Até pra esse aí, eu digo pra ele: “Tu nunca bate em mulher, é mais fácil ela ir lá e te bater”. A outra também eu digo: “Nunca aceita tapa, nada! Quando tu aceitar o tapa...”. Aonde aceitar um tapa quieta, deu. Vai sempre vir mais, vir mais, vir mais. De um tapa vai vir mais. Aí eu falo isso, né? Pra não ser dependente, aí “Ah, eu não preciso trabalhar”, não quero ser dependente de ti, não sou dependente de homem. Aí eu falo né. Hoje mesmo tem a minha guria que é casada com 18 anos. Tem 18 anos e ela vai, trabalha os dois juntos.”

A entrevistada E3 relata que transmite para suas filhas a importância de se ser independente, sem que o casamento e a família sejam objetivos de vida.

“Hoje em dia eu não crio as minhas filhas assim, eu não uso a palavra “tu já pode casar” pras minhas filhas, porque eu acho que isso já vem lá da minha infância. Porque tu achar que se a tua família não deu certo, a culpa é tua, que tu precisa fazer aquilo dar certo. Então

o que que eu digo pras minhas filhas? “Já pode morar sozinha, já pode te manter quando eu não tiver aqui”.

Dessa maneira, ela transgride os estereótipos que lhes foram transmitidos ao longo de sua criação, provando total ressignificação de sua identidade como mulher e a preocupação em perpetuar isso nas próximas gerações.

“E muitas vezes essa nossa criação acaba sendo um impedimento da gente se libertar de uma situação dessas, porque quantas vezes a minha mãe disse pra mim: “Mas o que que tu fez?”, entendeu? Tu é criada, e muitas são criadas pra isso. E aí tu ouve muita mãe dizer: “Quando tu casar”, “Porque tu vai casar”. Não é esse o objetivo de vida. Por que é que a mulher tem que ser criada pra casar? Por quê? E se ela não quiser casar, e se ela não quiser ter filhos?”

A entrevistada cita a questão da brincadeira e dos brinquedos, um ponto bastante importante e até simbólico na construção de gênero na infância. Quando apenas meninas brincam de casinha e com bonecas, isso significa que apenas as meninas devem ser ensinadas que suas principais responsabilidades e obrigações são gerar e criar filhos, zelar pela família e cuidar da casa. Sobre isso, Flores (2015) coloca que se aprende e se ensina a ser mulher e a ser homem através da transmissão de modelos de gênero para que as meninas e meninos moldem seu comportamento através dos estereótipos, observando e copiando seus modelos de referência. O aprendizado se dá também através de descobertas, experiências, tentativas e experimentos.

As brincadeiras seriam uma forma de aprendizado e de descoberta. A entrevistada, então, critica a brincadeira com bonecas apenas para as meninas, pois isso restringe a atuação da mulher apenas ao âmbito familiar:

“Sabe, eu acho que essa visão tem que mudar já lá, lá nos pequeninhos. E dizer pra elas que ao invés de uma bonequinha, talvez dê um outro tipo de brinquedo que vá ensinar essa menina a ser uma profissional, e não uma mãe. Antes de qualquer coisa, ela é uma menina e ela pode ser o que ela quiser, e não uma dona de casa. Sabe, eu acho que isso tem que mudar, já lá na menininha lá, e não botar uma bonequinha pra ele cuidar achando que é filha dela, porque ela crescer achando que o objetivo da vida é cuidar da família dela.”

Ainda sobre a transmissão dos protocolos de gênero às suas filhas, E3 coloca:

“não vou dizer pra ela que já pode casar, porque não é isso que eu quero pra minha filha. Eu quero que, antes que ela seja uma esposa, que ela seja um ser humano, que ela seja uma mulher, que ela possa tomar conta da vida dela, em primeiro lugar. Se o homem que ela um dia resolver casar, ele que vá cozinhar também, ele que vá aprender. E eu ensino meus filhos também, meus meninos, a cozinhar, a ajudar em casa. Por que que tem que ser só a menina? Porque ele é menino? Não, ele tem que ajudar também.”

O esforço em tentar não reproduzir nas próximas gerações o que foi vivido é um dos pontos mais importantes e interessantes da reconstrução dessas mulheres. Essas transmissões que procuram empoderar as futuras mulheres consiste em uma reconfiguração da memória coletiva dessas famílias e, por que

não futuramente, da comunidade e da sociedade. Candau propõe essa mudança, na qual, a partir da transmissão e da aprendizagem, o sujeito:

[...] vai construir sua identidade, em particular em sua dimensão protomemorial. Em um mesmo grupo, essa transmissão repetida várias vezes em direção a um grande número de indivíduos estará no princípio da reprodução de uma dada sociedade.(CANDAU, 2014, p. 106)

No mesmo sentido, Pollack (1992) coloca que a memória é constituída pelos acontecimentos vividos pessoalmente, mas também pelos acontecimentos chamados “vividos por tabela”, ou seja, aqueles vividos e transmitidos dentro da família, de um grupo ou da comunidade. Para o autor, a identidade é constituída pela memória, logo, além da identidade das mulheres ser reconfigurada, a de suas filhas e filhos também será constituída por aquilo que lhes foi transmitido.

Evidentemente, essa memória transmitida será confrontada com a vivência do próprio indivíduo, pois “está em jogo a reapropriação do passado familiar, à qual cada indivíduo se lança a mobilizar as funções de revivescência e reflexividade.” (CANDAU, 2014, p. 141). Mas existe a possibilidade de mudança, de internalização da memória contida nessa transmissão. Não estamos aqui falando na transmissão de memória dolorosa como recurso identitário, o que para Candau (2014) também tem a capacidade de mudar profundamente uma personalidade. Estamos falando sim da transmissão de um novo conhecimento de si, alcançado pela reconstrução dessas mulheres.

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa foi totalmente planejada visando dar como resposta às mulheres algum benefício concreto, em troca de tudo aquilo que elas nos passaram: relatos, experiências dolorosas e traumáticas. Além disso, todo o método e teoria foram desenhados a fim de não transparecer ao máximo o status pesquisadora, para que isso não intimidasse as participantes, pois como elas já tinham passado por tantas situações de abuso, pensei que seria muito desagradável alguém chegar “do nada”, fazendo perguntas sobre tudo aquilo que as fez tão mal. Porém, a realidade no campo é outra, e percebo agora que talvez tenha sido um pouco inocente em planejar inicialmente a pesquisa com pretensão de levar tantos benefícios às mulheres. Na prática, não tomaremos conhecimento do quanto a aplicação da pesquisa afetou diretamente a vida das participantes. Fato é que uma pesquisa em si não muda nada, mas sim a rede e o conjunto de ações do qual a pesquisa acadêmica é participante, pois possuem um efeito prático na realidade das mulheres.

Ficou claro que o dever de uma pesquisa não é o de transformar diretamente a vida das participantes, e sim contribuir com um propósito maior. No caso específico de pesquisas nesta área com viés feminista, trata-se de lutar – através das palavras – contra o essencialismo feminino. Acreditar em uma natureza feminina, em uma “alma” ou “dom” nato da mulher é fomentar e perpetuar a violência de gênero. Dentro da dita “natureza feminina”, existem diversas nuances: o da mãe, da santa, da prostituta, para citar apenas alguns exemplos. O que é comum a todas essas nuances é a submissão ao masculino. É deixar-se dominar, pois foi isso que nos foi ensinado. É a fraqueza que mora na falácia da natureza feminina, que nos curva perante a falácia da força física e psíquica do homem. A mentira da “natureza feminina” nos reserva apenas isso: existimos “em relação a”.

Talvez um dos principais pontos da pesquisa tenha sido a preocupação em imprimir nela um tom feminista destacando nas falas das mulheres entrevistadas

as ações que visaram à melhora de suas vidas. Essa capacidade e poder das mulheres em geral não devem de forma alguma ser deixados de lado em trabalhos sobre violência de gênero, pois a mudança no discurso e, por consequência, de toda uma lógica do patriarcado depende da nossa fala constante. Perrot fala sobre a pesquisa feminista e sua importância na luta contra o discurso hegemônico:

Por outro lado a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua cultura e a existência de seus poderes. (PERROT, 2007, p. 179)

É notável o quanto as mulheres mudaram sua percepção, seu modo de “ser mulher” após o rompimento das relações abusivas. Mais é vital reconhecermos que não foi a violência que provocou novos tons ao gênero enquanto performance. O que causou a ressignificação de suas identidades enquanto mulher foi a necessidade de se romper com as relações de abuso e a força que se desenvolveu nessas mulheres e se intensificou para esse fim.

O poder de transformação de sua própria vida a partir de uma situação de vulnerabilidade é capaz de modificar a leitura do que é ser mulher e, como consequência, de reconhecer o gênero como performance. A reinvenção da identidade pode ser um fato na vida das mulheres. E nenhuma mulher está livre da reinvenção: as feministas, as religiosas, donas de casa, donas de si. Podemos ser todas, nenhuma, transitar entre elas, estacionar, enfim, sermos livres.

Nos foi ensinado como ser mulher. Cada época a seu modo. Cada modo inventado de acordo com o interesse do sistema de poder vigente. O interesse é de quem domina e produz o discurso hegemônico. Devemos produzir o discurso contra-hegemônico. E não só produzir: gritá-lo aos quatro ventos. É por meio da repetição que internalizamos os discursos, os quais compõem a memória coletiva.

Deixemos, então, o discurso contra-hegemônico infiltrar e reconstruir nossa memória coletiva.

Não temos como objetivo polarizar a discussão, transformá-la em uma guerra mulher versus homem. Não estamos narrando uma história de vilões e mocinhos e, citando Wink e Strey: “a própria história é a vilã, e o tempo, seu cúmplice – e nós, todos e todas nós, somos a história” (2007, p. 252). Todos nós prestamos algum tipo de contribuição ao andamento da história: somos constituídos pelo discurso, pela memória coletiva que nos foi transmitida e que produzimos sem mesmo colocar em cheque verdades consideradas absolutas. Ainda há muito trabalho a ser feito, muitos discursos a serem desconstruídos. A repetição de discursos contra-hegemônicos pode ser uma forma de fazê-lo. Se foi através da constante repetição que o dominante tomou posse das nossas vidas, então pode ser através dela que as mulheres tomem as rédeas de sua história.

6 PRODUTO

O produto final proposto para a presente dissertação são fanzines sobre violência de gênero e sobre as possibilidades do “ser mulher”, de acordo com o conteúdo abordado na pesquisa. O motivo pela escolha dessa mídia se deu pelo seu caráter artesanal, de conteúdo livre, colaborativo e experimental.

Os fanzines são conhecidos historicamente como meio de comunicação marginal, muito utilizado por escritores e demais artistas independentes para divulgação de seus trabalhos. Foram e ainda⁷ são produzidos por movimentos de contestação, como os anarcopunks, e outros grupos alternativos com os mais diversos objetivos: políticos, artísticos, culturais, pessoais, entre outros. Para fins de definição, os fanzines são

uma espécie de revista artesanal, um veículo de comunicação não estruturado comercialmente. Os temas são variados e escolhidos em função da iniciativa de quem o cria, o que oferece liberdade na escolha de suas finalidades, dos recursos gráficos utilizados, dos conteúdos difundidos, podendo utilizar-se de imagens, textos, poesia, histórias em quadrinhos. (FRANCO, 2013, p. 39)

O conteúdo dos fanzines será desenvolvido pela autora em conjunto com uma artista plástica. Conterá com textos retirados da análise de dados da dissertação e ilustrações elaboradas pela artista especialmente para o fanzine. As ilustrações irão variar entre desenhos e colagens. A montagem independente de normas de editoração permite o desenvolvimento experimental e livre desse produto.

Os fanzines serão distribuídos entre as mulheres da comunidade, através da instituição mediadora da pesquisa, o Serviço de Atendimento da Família. O

⁷ No site <<http://fanzines.tumblr.com/>>, podemos encontrar diversos links e materiais sobre a produção atual de fanzines em todo o mundo. É notável que, apesar da popularização e facilitação ao acesso de mídias digitais, os fanzines continuam atraindo grupo de pessoas que os criam e também organizam oficinas de produção e eventos de divulgação desse veículo.

objetivo é dar a todas as mulheres, e não só às participantes, um retorno concreto da pesquisa, com informações a respeito do ciclo de violência para ajudar no rompimento de relações de abuso. A proposta do fanzine, além de informar, é de trazer a reflexão sobre a violência, sobre “ser mulher” e uma introdução ao pensamento feminista. Acreditamos ser importante ir além da informação por si só, cabe tentar levar ajuda para que as mulheres possam olhar para si mesmas com coragem.⁸

⁸ Será apresentado para a banca um protótipo na defesa da dissertação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma Figueiredo. Empoderamento. In.: **Dicionário feminino da infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 119-121.

ALEKSIÉVICTCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência *mal-dita*. In: ALMEIDA, Suely Souza de (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p. 23-41.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 2010.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 39-63.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-36.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I**: fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

_____. **O segundo sexo II**: a experiência vivida. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BELLO, Luize. **Uma primavera sem fim**, 2015. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

BRASIL. **Decreto Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: Coíbe**

a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria da Transparência. **Violência doméstica e familiar contra a mulher.** Brasília: Senado Federal, 2015. 81 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/brasileiras-sabem-da-lei-maria-da-penha-mas-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres-persiste>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Tradução de: Renato Aguiar.

CANDAU, Joel. **Memória coletiva e identidade.** São Paulo: Contexto, 2014. Tradução de: Maria Letícia Ferreira.

CHANTER, Tina. **Gênero.** Porto Alegre: Artmed, 2011. Tradução de: Vinicius Figueira

DENZIN, Normank; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **Handbook of qualitative research.** 2. ed. London: Sage, 2000.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong.** São Paulo: n-1, 2016.

DINIZ, Simone G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005): alcances e limites.** São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em: < <http://www.mulheres.org.br/site/wp-content/uploads/2012/05/25anos-completo.pdf>> . Acesso em: 13 mar. 2016.

FLORES, Isabel Carrilo. Aprendizaje, infancia y género. In.: **Dicionário crítico de gênero.** Dourados: UFDG, 2015. p. 48-58.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRANÇA, Thyago Madeira. Um olhar sobre o conceito de memória discursiva de Michel Pêcheux. **Interletras**, Dourados, v. 4, n. 22, p.1-10, mar. 2016.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. Apresentação. In: **Perspectivas antropológicas da mulher 4**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 7-13.

FRANCO, Fábio Poletto. **Geografia e ensino**: a elaboração de fanzines como possibilidade na construção do conhecimento. 2013. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 79-108.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 23, mar. 1989. p. 163-175. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/57/20080623_cenas_e_queixas.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

GRILLO, C.; OLIVEIRA, G.; BUSCATO, M. A primavera das mulheres: uma nova geração de ativistas toma a rua e as redes sociais e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade. **Época**, São Paulo, n. 909, nov. 2015. Disponível em <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

GROSSI, Patrícia Krieger; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Por uma nova ótica e uma nova ética da violência contra as mulheres nas relações conjugais In: GROSSI, Patrícia K. (Org.). **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 25-50.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: Ipea, 2014. 40 p.

LAGARDE y de los Rios, Marcela. **Pacto entre mujeres**: sororidad. 2009. Disponível em: <<http://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

LAZZARI, Kellen Cristina Varisco. **Violência de gênero**: uma análise a partir do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência - Patrícia Esber. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Memória Social e Bens Culturais, Centro Universitário La Salle, Canoas, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACHADO, Isadora Vier. **Da dor no corpo à dor na alma**: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. 2013. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pósgraduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MALAVE, Néstor. **Trabajo modelo para enfoques de investigación acción participativa programas nacionales de formación**: escala tipo Likert. Maturín: Universidad Politécnica Experimental de Paría, 2007. 16 p.

MATOS, Marlise. Construção social de gênero. In.: **Dicionário feminino da infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 68-71.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista de Porto Alegre (1975-1982)**. 2004. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis**: abuso não-físico contra mulheres. 2. ed. São Paulo: Summus, 1999. Tradução de: Denise Maria Bolanho.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 2, n. 9, p.191-211, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

MURARO, Rosie Marie. Acerca do conceito de gênero. In.: **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Damurá, 2001. p. 7-9.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral de. Relações de gênero. In.: **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFDG, 2015. p. 565-568.

OLIVEIRA, Eliene Dias de; ZANCHETT, Silvana Aparecida da Silva. Memória. In.: **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFDG, 2015. p. 450-453.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998. Tradução de: Roberto Leal Ferreira.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 5, p.200-212, 1992.

PORTO, Janice Regina Rangel. **Violência contra a mulher**: expectativas de um acolhimento humanizado. 2004. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4784/000415296.pdf?...1>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1, 2014. Tradução de: Maria Paula Gurgel Ribeiro.

RAGO, Margareth. Foucault e as mulheres. In.: **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFDG, 2015. p. 264-8.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e patriarcado. In.: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **Marcadas a ferro**: violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005. p. 35-76.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. A violência disseminada: já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, out./dez. 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p.147-64, 2005. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482/446>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SAVENHAGO, Igor José; SOUZA, Wlaumir Doniseti de. Estereótipos In.: **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFDG, 2015. p. 219-24.

SCAFFO, Maria de Fátima. **A transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjuga**. 2013. 140 f. Tese (Doutorado) – Curso de Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SCAFFO, Maria de Fátima. Violência de gênero e memória social: investigando a complexidade destas relações. In: FARIA, Francisco Ramos de (Org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 113-29.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a18v16n1.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2016.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde os direitos humanos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 77-105, maio/ago. 2004.

STREY, Marlene Neves. Efeitos da culpa na subjetividade. In.: **Dicionário feminino da infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

STREY, Marlene Neves. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia K. (Org.). **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 51-72.

TREVISAN, Beatriz. O que é empoderamento? **Capitolina**, [s.l.], v. 10, p.1-1, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/o-que-e-empoderamento/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

WALKER, Leonore E. **The cycle of violence**. 2010. Disponível em: <[http://www.1736familycrisiscenter.org/pdf/Cycle of Violence_v3.pdf](http://www.1736familycrisiscenter.org/pdf/Cycle%20of%20Violence_v3.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2016.

WINK, Gustavo Espíndola; STREY, Marlene Neves. A voz mais alta, mas na hora certa: a naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado ao homem. **Artemis**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p.113-133, dez. 2008. Disponível em : <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/11815/6870>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

WINK, Gustavo Espíndola; STREY, Marlene Neves. Percepções sobre o gênero em homens acusados de agressão. **Psico**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 246-53, set./dez. 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Localização da casa:

Idade:

Etnia/cor:

Trabalha no quê / ocupação:

Você está em algum relacionamento? () sim () não **Parceiro** () **Parceira** ()

Há quanto tempo, aproximadamente?

Moram juntos? () sim () não

Se sim, de papel passado (casamento)? () sim () não / **Juntado (união estável)?** () sim () não

Número de filhas () **e filhos** () / **Idades:**

Religião:

Escolaridade da pesquisanda:	da	Escolaridade do pai:	Escolaridade da mãe:
-------------------------------------	-----------	-----------------------------	-----------------------------

(1) analfabeto ou sem instrução	(4) ensino médio incompleto	(7) superior incompleto	(9) não sabe
(2) fundamental incompleto	(5) ensino médio completo	(8) superior completo	(10) outro. Qual
(3) fundamental completo	(6) curso técnico		

Renda total de todos os moradores (parentes e agregados) no último mês (em salário mínimo):

- | | |
|---|---|
| () Até ¼ - R\$ 196,00.
Quanto?..... | () De 1 a 2 - R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00 |
| () De ¼ a ½ - R\$ 197,00 a 394,00 | () De 2 a 3 - R\$ 1.577,00 a R\$ 2.364,00 |
| () De ½ a 1 - R\$ 395,00 a R\$ 788,00 | () Sem rendimento () Sem declaração () Outro |

Quem sustenta/mantem a casa? () parceiro/a () pesquisanda () filhos () outros ()
várias pessoas

Você contribui com a renda total? () sim () não () não sabe

Se sim, com quanto aproximadamente?

Número de moradores na casa (parentes e agregados):

No último mês, alguma pessoa dessa casa recebeu algum benefício social?

() **bolsa família (BF)** () **benefício de prestação continuada (BPC)** () não sabe () outro.
Qual?.....

0- não sabe, 1- discordo totalmente, 2- discordo parcialmente, 3- não concordo nem discordo, 4- concordo parcialmente, 5- concordo totalmente

1-

1. Você conhece a Lei Maria da Penha?					S	N
2. Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas.	0	1	2	3	4	5
3. As mulatas são mais fegasas do que as mulheres brancas.	0	1	2	3	4	5
4. Dá para entender que um homem que cresceu em uma família violenta agrida sua mulher.	0	1	2	3	4	5
5. Os homens devem ser a cabeça do lar.	0	1	2	3	4	5
6. Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros.	0	1	2	3	4	5
7. Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência de seu parceiro atual?					S	N
8. Toda mulher sonha em se casar.	0	1	2	3	4	5
9. Quando há violência, os casais devem se separar.	0	1	2	3	4	5
10. Dá pra entender que um homem rasgue ou quebre as coisas da mulher se ficou nervoso.	0	1	2	3	4	5
11. Um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher.	0	1	2	3	4	5
12. É da natureza do homem ser violento.	0	1	2	3	4	5
13. Você já sofreu violência de algum parceiro anterior?					S	N
14. A mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade.	0	1	2	3	4	5
15. Piada de preto é só brincadeira, não é racismo.	0	1	2	3	4	5

16. Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar.	0	1	2	3	4	5
17. A mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos.	0	1	2	3	4	5
18. A questão da violência contra as mulheres recebe mais importância do que merece.	0	1	2	3	4	5
19. Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência psicológica de seu parceiro atual, como, por exemplo, ofensa, crítica, humilhação, desvalorização do que você faz, ameaça de várias formas (de morte ou de tirar os filhos)?					S	N
20. Tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama.	0	1	2	3	4	5
21. Uma boa esposa deve obedecer ao marido ainda que não esteja de acordo.	0	1	2	3	4	5
22. O homem não vive sem mulher em casa.	0	1	2	3	4	5
23. Mulher que trai merece apanhar	0	1	2	3	4	5
24. Homem de verdade é capaz de controlar sua mulher.	0	1	2	3	4	5
25. Você já sofreu violência psicológica de algum parceiro anterior?					S	N
26. A mulher deve casar virgem.	0	1	2	3	4	5
27. Homem que é homem tem que ser forte e duro.	0	1	2	3	4	5
28. Mulher tem que ser delicada e sensível.	0	1	2	3	4	5
29. Homem não chora.	0	1	2	3	4	5
30. Toda mulher é temperamental.	0	1	2	3	4	5
31. Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência patrimonial de seu parceiro atual, com por exemplo roubo ou tirar escondido algum objeto seu / ou destruiu ou estragou alguns objetos seu?					S	N
32. Roupa suja se lava em casa.	0	1	2	3	4	5
33. Bunda de mulata é como pandeiro, boa de bater.	0	1	2	3	4	5
34. O ciúme é uma prova de amor.	0	1	2	3	4	5
35. É impossível educar um filho sem umas palmadas.	0	1	2	3	4	5
36. A palmada nas crianças corrige maus comportamentos.	0	1	2	3	4	5
37. Você já sofreu violência patrimonial de algum parceiro anterior?					S	N
38. Se um homem maltrata sua mulher, os vizinhos devem fazer algo para	0	1	2	3	4	5

impedi-lo.						
39. Violência na família só pode ser resolvida e falada em família.	0	1	2	3	4	5
40. Um companheiro ou marido violento deve ser denunciado na delegacia.	0	1	2	3	4	5
41. Um filho ou filha violento/a deve ser denunciado/a na delegacia.	0	1	2	3	4	5
42. Em briga de marido e mulher não se mete a colher.	0	1	2	3	4	5
43. Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência física de seu parceiro atual, como por exemplo empurrões, beliscões, tapas, socos, pontapés, braços torcidos, sacudidões, queimaduras, agressões com algum tipo de arma?					S	N
44. É normal o pai agredir os filhos.	0	1	2	3	4	5
45. Homem não deve levar desaforo para casa.	0	1	2	3	4	5
46. Se a mulher ganha mais do que o homem é difícil o casamento dar certo.	0	1	2	3	4	5
47. Falar sobre seus problemas com os outros é coisa de mulher, não de homem.	0	1	2	3	4	5
48. O homem pode até ajudar, mas quem deve ser responsável por cuidar da casa e dos filhos é a mulher.	0	1	2	3	4	5
49. Você já sofreu violência física de algum parceiro anterior?					S	N
50. Eu faria de tudo para salvar meu casamento.	0	1	2	3	4	5
51. A mulher é a principal responsável por manter um bom casamento.	0	1	2	3	4	5
52. A mulher deve procurar ajuda na delegacia ou chamar a brigada quando for agredida pelo seu companheiro.	0	1	2	3	4	5
53. A Lei Maria da Penha faz com que as mulheres desrespeitem mais os homens.	0	1	2	3	4	5
54. A Lei Maria da Penha ajuda a reduzir a violência doméstica contra a mulher.	0	1	2	3	4	5
55. Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência sexual de seu parceiro atual, como, por exemplo, ser forçada a ter relações sexuais contra a sua vontade?					S	N
56. Homem que é homem não usa roupa cor de rosa.	0	1	2	3	4	5
57. É natural que o homem traia mais do que a mulher.	0	1	2	3	4	5
58. Mulheres que usam roupas que mostram o corpo querem provocar os homens.	0	1	2	3	4	5
59. Toda mulher deve esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque.	0	1	2	3	4	5

60. Você já sofreu violência sexual de algum parceiro anterior?	S	N
61. Você concordaria em conversar novamente sobre esse assunto com a nossa equipe de pesquisa?	S	N

APÊNDICE B – ENTREVISTA

Roteiro entrevista semi-estruturada

1) Como você percebe as ações e modos de ser das mulheres na comunidade? Como é ser mulher nessa comunidade?

2) Você acha que as características descritas anteriormente é natural/nascer com a mulher? Por quê?

3) Quais as diferenças de comportamento que você percebe entre as mulheres e os homens da comunidade?

4) Você acha que existe alguma atitude ou comportamento da mulher que justifica violência?

5) Você já passou ou presenciou alguma situação de violência física? E psicológica, como assédio, xingamentos, ser impedida de sair de casa?

6) Você acha que a violência por você presenciada ou que você passou teria ocorrido se o alvo ou você não fosse mulher? Por quê?

7) Gostaria de falar sobre mais alguma em relação ao assunto que não perguntado anteriormente?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezada participante:

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas, intitulada **“Violência contra a mulher e Memória social: uma articulação necessária”**, de autoria da Profa. Aline Accorssi.

A pesquisa pretende analisar, a partir das vivências e relatos de mulheres da Vila Nova Chocolate, as relações entre a memória social com a produção e manutenção da violência contra a mulher. Pretendemos, portanto, estudar diferentes aspectos desta temática. Primeiro, buscamos mapear a frequência, os tipos de violência contra a mulher e as características pluricausais desse fenômeno a partir do dia a dia de mulheres nessa comunidade. Segundo identificar, os sentidos e significados atribuídos à violência contra a mulher. Terceiro, compreender, a partir de narrativas de mulheres da comunidade, como os papéis de gênero podem influenciar na transmissão geracional do lugar feminino nas relações conjugais e familiares. Quarto, refletir sobre a influência da cultura nos processos de naturalização da violência entre mulheres. E, por último, analisar os fatores que favorecem a manutenção, bem como o rompimento, do ciclo de violência entre as mulheres que residem na comunidade pesquisada. A pesquisa é relevante, pois, apesar de existir uma ampla rede de atendimento e combate a violência contra a mulher, tal fenômeno ainda é muito presente em nosso país.

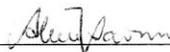
Sua participação envolve responder a um questionário ou conceder uma entrevista sobre esse assunto. O questionário será aplicado por uma integrante da equipe de pesquisa e tem duração aproximada de 20 minutos. A entrevista também será realizada por uma integrante da equipe e terá duração aproximada de 60 minutos. Caso você permita, a entrevista será gravada em áudio. As transcrições e o áudio serão armazenados e mantidos em sigilo pelo período de cinco anos sob minha responsabilidade, em meu gabinete de pesquisa, localizado na sala 01, do prédio 08, no Centro Universitário La Salle/Canoas, situado na Av. Victor Barreto, 2288. Após este período, todo o material será inutilizado e descartado.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar, ou quiser desistir de continuar a qualquer momento, tem absoluta liberdade para isto, sem prejuízo algum. Na divulgação dos resultados desta pesquisa sua identidade, nome e informações pessoais, serão mantidos no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Os dados serão base para a produção de artigos científicos e, também, de uma cartilha, visando à conscientização das mulheres em geral sobre a questão da violência de gênero. Importante destacar que não há riscos iminentes associados à participação e nem despesas financeiras. Contudo, em caso de eventual desconforto psicológico causado pela participação na pesquisa, você poderá contar com o serviço já disponível de atendimento psicológico na **Associação de Moradores da Vila Tijuca**.

O presente termo de consentimento livre e esclarecido foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário La Salle. Tal documento será emitido em duas vias: uma delas ficará com você, participante da pesquisa, e outra, a ser arquivada por nós, pesquisadoras.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas com a pesquisadora responsável pelo estudo através do número de telefone 51 9418 7876 ou endereço de e-mail do Comitê de ética do Unilasalle: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br.



Prof. Aline Accorssi

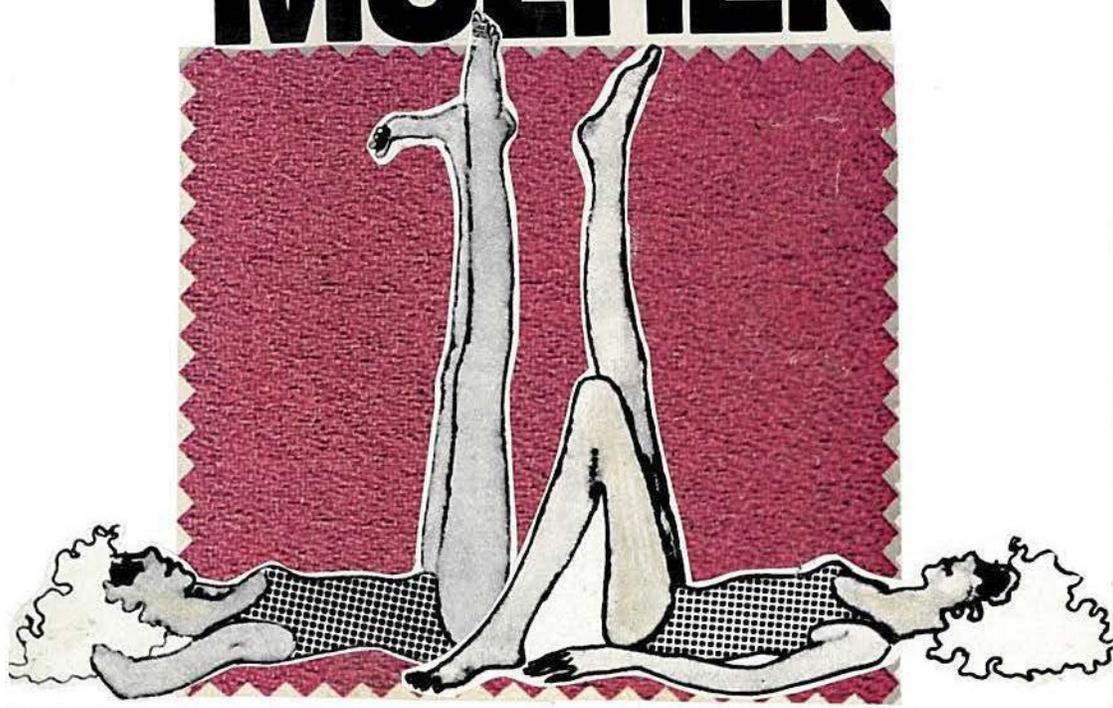
Consinto, após a leitura do termo de consentimento, em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo.

Canoas, de _____ de 2016.

Nome e assinatura da participante

APÊNDICE D – FANZINE

**NÃO
TOQUE
NESTA
MULHER**



FANZINE "NÃO TOQUE NESTA MULHER"
 TEXTOS RETIRADOS DA DISSERTAÇÃO:
 "A GENTE SEMPRE APRENDE ALGUMA COISA,
 INCLUSIVE A SER MULHER: REFLEXÕES SOBRE
 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MEMÓRIA COLETIVA
 EM UMA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE/RS."
 DE BÁRBARA PIFFER.

ILUSTRAÇÕES DE: INARÁ TROMBINI
 E BÁRBARA PIFFER.

"Até tu ouvires dizerem 'quando
 tu casar', 'porque tu vai casar'. Não
 é esse o objetivo da vida. Por
 que uma mulher tem que ser criada
 para casar?"

"Antes que ela seja uma esposa
 ela tem que ser um ser humano.
 Uma mulher que tome conta da
 própria vida, em primeiro lugar."

APRESENTAÇÃO

ESTE FANZINE FOI INSPIRADO E INDI-
 RETAMENTE CONSTRUÍDO POR MULHE-
 RES QUE RELATARAM SUAS EXPERIÊN-
 CIAS DE DOR E VIOLÊNCIA, MAS TAM-
 BÉM DE FORÇA E DESTRUIÇÃO
 DAQUILO QUE AS FAZIA ELAS
 SOFREM. TODOS OS TRECHOS
 AQUI DESCRITOS SÃO FALAS DELAS,
 QUE SIRVA DE INSPIRAÇÃO PARA
 TODAS AS MULHERES QUE NELE
 TOCAREM.

A ARTE DE SER MULHER



TEXTO



“No começo ele me batia, quebrava minha cara. Até um dia eu dei uma gilatada nele e ele nunca mais encostou um dedo em mim.”

“Eu hoje não aceito homem mandando em mim! Ah, eu não aceito ‘tem que fazer isso, tem que fazer aquilo’. Ah, eu digo não e deu! Tem que ser firme nas coisas. Eu brigo! Se tiver que brigar eu brigo!”

bem feminina



A PARTIR DAS 9 HORAS

Arrumar a casa.
Fazer compras (carne, mantimentos ou feira).
Preparar o almoço.
Buscar as crianças na escola.

DO MEIO-DIA AS 14 HORAS

Pôr a mesa.
Servir o almoço.
Tirar a mesa.
Limpar a cozinha.

DAS 14 ÀS 16 HORAS

Lavar roupa.

AS 16H30 ÀS 22 HORAS

Levar as crianças para passear.
Dar lanche.
Lavar a louça do lanche.
Acompanhar as lições dos filhos.
Preparar o jantar.
Pôr a mesa.
Servir o jantar.
Tirar a mesa.
Lavar a louça.
Dar banho nas crianças.

ignore-os.



Não sou santa milagrosa

“SOU AGRESSIVA NÃO POR NECESSIDADE DE FERIR AS PESSOAS. É UMA QUESTÃO DE VIDA OU MORTE.”



"Eu queria muito poder ajudar outras mulheres a se libertar dessa prisão, porque a prisão tá na mente da gente. Sabe aquele passarinho preso há tanto tempo dentro de uma gaiola, que quando tu abre a porta ele não sai? É mais ou menos isso que acontece com a gente. É uma prisão psicológica muito grande."

"É a mesma coisa quando eu vou na delegacia, o machismo com que sou tratada me irrita. Porque agora, cinco anos depois de separada, eles se referem a ele como "teu marido". Que eu me lembre eu não fui comprada nem marcada, não tem marca no meu corpo que diga que eu sou dessa pessoa. Eu tô separada há cinco anos!"

"TENHO TUDO, NÃO SEI O QUE É QUE ME FALTA"



"Aí comecei a não aceitar. Aprendi a me defender e botei limite. Não ficava quieta. A última vez que brigamos ele veio pra cima, eu também fui pra cima e dei uma facada nele."

"A gente sempre aprende alguma coisa, inclusive a ser mulher, dependendo do sentido da palavra. Eu me tornei mulher no momento em que consegui ficar independente. Foi esse o momento que eu me senti mulher. Porque antes eu não me sentia um ser humano. Muito menos uma mulher."

às mulheres:

ela provou que
não é exclusividade dos homens.



Beauvoir